

# O Socialismo vive



Documentos e  
Resoluções do 8º Congresso  
do Partido Comunista do Brasil  
PCdoB



Editora Anita Garibaldi

2ª Edição

**O Socialismo vive**



# **O Socialismo vive**

Documentos e  
Resoluções do 8º Congresso  
do Partido Comunista do Brasil  
PCdoB

Editora Anita Garibaldi  
1992

O Socialismo Vive

Capa: Pedro de Oliveira

Revisão: Iracema Guisoni

Editor: Divo Guisoni

Editoração Eletrônica: Écran Arte Produções Gráficas Ltda

Rua Goitacás, 58 – Conj. 11 – Fone: (011) 8<sup>o</sup>5-7442

Editora Anita Garibaldi Ltda.

Rua dos Bororós, 51 1<sup>o</sup> andar

CEP: 01320 Fone: (011) 278-3220

São Paulo – SP – Brasil

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional  
Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil

**O Socialismo vive – Documentos e resoluções do 8<sup>o</sup> Congresso do Partido Comunista do Brasil – João Amazonas, Rogério Lustosa, Luis Fernandes. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1992.**

**1- Comunismo - Brasil - Congressos. 2. Partido Comunista do Brasil 3. Socialismo I. Congresso do Partido Comunista do Brasil (8.; 1992: Brasília, DF). II. Amazonas, João, 1912 - III. Lustosa, Rogério. IV. Fernandes, Luis.**

92-0568

CDD - 324.281

Índice para catálogo sistemático

1 Partido Comunista do Brasil: Política 324.281

## Índice

Introdução .....	7
LÊNIN – Patrono do 8º Congresso Sérgio Miranda .....	9
Informe Político João Amazonas .....	13
Socialismo: Tarefa que se impõe Rogério Lustosa .....	63
A atualidade dos conceitos marxistas de democracia e ditadura do proletariado Luis Fernandes .....	71
Em defesa da nação brasileira aviltada pelo governo Collor Documento do Comitê Central de 1º-11-1991 .....	83
Resolução sobre o Informe do Comitê Central .....	93
Resoluções acerca das questões de organização .....	99



## Introdução

O PCdoB realizou seu 8º Congresso em Brasília, entre os dias 3 e 8 de fevereiro. Pode-se dizer que este encontro teve importância equivalente ao seu Congresso de fundação, em 25 de março de 1922. Isto porque, enfrentando a avalanche anticomunista, que nega todos os valores da revolução, o PCdoB não só mantém firme a rota como eleva sua compreensão da luta pelo socialismo e encontra explicações científicas para o processo de luta ideológica na construção da nova sociedade assim como na vida do Partido.

O Informe Político trata de questões candentes. Faz um balanço distinguindo a fase revolucionária na URSS, onde o proletariado, com o poder na mão, edifica o seu sistema socialista, da fase de sabotagem e retorno ao capitalismo, capitaneada pelos revisionistas, a partir do XX congresso do PCUS. Analisa de forma corajosa a questão Stálin. Aponta como a luta entre a corrente proletária e as concepções pequeno-burguesas constitui uma lei objetiva tanto nos marcos do capitalismo como depois, no período do socialismo. E mostra como o socialismo, na URSS, foi derrotado não diretamente pelo confronto com a burguesia, mas sobretudo pela pequena burguesia, que conquistou espaços no Estado e no Partido.





O Congresso não ficou no geral. Trouxe para a realidade do Brasil os avanços na compreensão da revolução. Apontou que o socialismo é, desde já, o objetivo pelo qual lutam os comunistas em nosso país. Com isso, dá um salto no pensamento revolucionário que certamente terá imensa repercussão na atividade do PCdoB daqui em diante.

A preparação do Congresso ocupou quase um ano de intensa mobilização. Centenas e centenas de debates, palestras, reuniões foram realizadas, inclusive convocando amigos de outras correntes políticas. A *Tribuna de Debates* do Congresso publicou mais de 400 cartas de militantes, sobre os temas em pauta.

Foram eleitos 518 delegados nas conferências em todo o país, exceto no Amapá. Mais de 200 militantes falaram nos diversos assuntos discutidos no plenário, desde a aprovação do Regimento Interno, passando pelos temas do Informe Político, das questões de organização e a eleição da nova direção. Vinte e seis delegações estrangeiras de todos os continentes estiveram presentes no Congresso. Dezenas de personalidades políticas democráticas, senadores, deputados, sindicalistas foram levar mensagens de solidariedade ao encontro ou participaram da seção solene de encerramento no dia 8. Foi eleito um novo Comitê Central, com 52 membros, sendo 37 efetivos e 15 suplentes. O Congresso, por proposta do antigo Comitê Central, renovou a direção, incluindo novos companheiros que se destacaram na atividade partidária, e reforçou a presença operária na sua composição. Os participantes do Congresso saíram mobilizados para o grande desafio de difundir amplamente suas resoluções e conquistar o proletariado e o povo para as ideias revolucionárias ali contidas.

Os Editores

# LÊNIN

## Patrono do 8º Congresso

Sérgio Miranda

Camaradas amigos,

Acabamos de eleger, como patrono do nosso 8º Congresso, Lênin – o grande teórico marxista, dirigente da Revolução de Outubro e da construção do socialismo na União Soviética. Fazemos isso conscientes de que essa atitude é uma reafirmação das referências básicas do PCdoB quando se desencadeia intensa campanha anticomunista e de desmoralização dos dirigentes revolucionários do proletariado.

Há algum tempo atrás, ao se iniciar o processo de transição para o capitalismo na União Soviética, os revisionistas esconderam seus reais propósitos fazendo intensa demagogia com o nome de Lênin. Diziam que pretendiam retomar as orientações leninistas que haviam sido distorcidas. Usaram descaradamente Lênin para esconder seus objetivos e enganar as massas. Agora, mesmo esta imagem oca e desfigurada de Lênin ficou pesada demais para os seus ombros e eles se apressam em lançá-la fora. Acusam-no de autoritário e antidemocrático, e principalmente não o perdoam pelo fato de ter construído o Partido Bolchevique e dirigido a Revolução que marcou de forma indelével o nosso século.

Foi em defesa dos princípios revolucionários, e tendo por base os ensinamentos de Lênin, que há 30 anos atrás se reorganizou o PCdoB. Já naquele tempo nos referenciamos em Lênin para travar a luta ideológica contra os deformadores do marxismo, que con-



duziram o movimento operário do nosso país à capitulação diante da burguesia. Por isso, essa homenagem que fazemos hoje tem um profundo significado para os comunistas brasileiros.

Homenageamos Lênin quando defendemos sua teoria sobre o Partido do proletariado e pela sua clarividência em compreender que a classe operária, para fazer sua revolução e construir o novo regime socialista, precisa, antes de tudo, de um partido forte, coeso, profundamente ligado às massas, com clareza política e espírito revolucionário. Um partido no qual não podem conviver oportunistas e revolucionários.

Homenageamos Lênin como o grande teórico que usou de toda a sua capacidade para desenvolver, de forma criadora, o marxismo, não o tratando como um dogma, mas sim como um guia para a ação. Lênin sempre polemizou contra os oportunistas de todos os matizes e destacava ao máximo a luta ideológica como uma das formas de luta de classes.

Homenageamos Lênin, o dirigente político do proletariado russo, profundo conhecedor e estudioso da realidade de seu país e da alma de seu povo, que lhe deu condições para elaborar uma estratégia e uma tática para conduzir à vitória na revolução e consolidar o novo regime socialista. O político que sabia identificar, em cada momento, o elo capaz de fazer avançar a luta dos trabalhadores, sempre em função de seu objetivo maior – a conquista do socialismo –, que compreendeu, como ninguém, a necessidade de o partido se ligar às grandes massas do povo, defender sempre os seus interesses e organizá-los para a luta.

Homenageamos Lênin, o internacionalista proletário consequente que sempre encarava a luta da classe operária na perspectiva ampla da derrota mundial do capitalismo e compreendeu que o principal dever internacionalista era levar até o fim a revolução no seu país como forma de desenvolver a luta revolucionária em todos os países do mundo.

Esta homenagem tem um significado especial para o movimento comunista e para este congresso especificamente, pois quando enfrentamos na atualidade grandes desafios, vivendo de

fato uma virada histórica e uma situação política completamente nova, não temos dúvida de que devemos buscar inspiração em Lênin para abordar os sérios problemas que estão colocados para nós.

Por último, camaradas e amigos, quero dizer da emoção que nos invade ao lembrarmos de Lênin nos dias de hoje. Milhões de homens e mulheres, em todo o mundo, devem ter sentido, como nós, um aperto no coração, ao verem as imagens das estátuas de Lênin serem derrubadas à marteladas, as bandeiras vermelhas serem rasgadas, os nossos símbolos serem destruídos em praça pública. Chegaram ao cúmulo de mudar o nome de Leningrado como se tentassem girar para trás os ponteiros do relógio da história, para apagar da memória dos trabalhadores os acontecimentos heróicos que aquela cidade viveu. Nossa emoção ao assistir a tudo isso era maior porque tínhamos consciência de que mais do que tudo queriam destruir nossos sonhos e desmoralizar nossa luta por um mundo melhor.

Há uma canção de amor de Gonzaguinha que diz “a paixão no meu peito ainda mora”. Com esta homenagem a Lênin é como se o PCdoB proclamasse em alto e bom som que no nosso peito ainda mora uma paixão pela liberdade e pela justiça, a paixão pela revolução e pelo socialismo.

VIVA LÊNIN.

VIVA O SOCIALISMO.

VIVA O PCdoB.





# **Informe Político**

**João Amazonas**

Camaradas delegados do PCdoB ao 8º Congresso

Camaradas delegados fraternais dos Partidos e das Organizações proletárias do exterior

Camaradas convidados do Comitê Central

Permitam-me saudar calorosamente, em nome dos marxista-leninistas do Brasil, a todos os que nos honram com sua presença a este 8º Congresso do PCdoB. E motivo de grande contentamento tê-los entre nós, em Brasília, neste plenário representativo da vontade do Partido.

Vivemos tempos difíceis e heroicos da luta em prol dos ideais revolucionários que há mais de um século tentam ganhar espaço definitivo na sociedade humana. Alcançamos vitórias que mudaram a fisionomia do mundo. Sofremos derrotas de custo elevado para o avanço da Humanidade rumo a um futuro feliz. Prosseguimos, porém, com determinação, na caminhada histórica iniciada por Marx e Engels à qual se juntou, mais tarde, Lênin, o chefe imortal da Revolução de Outubro, e outros muitos milhões de co-



munistas e trabalhadores de todos os quadrantes da Terra. Somos herdeiros dessa imensa legião de combatentes que jamais cedeu ou vacilou ante as dificuldades e os insucessos temporários da luta de classes.

Quase quatro anos nos separam do 7º Congresso. Estatutariamente, o próximo teria lugar em 1993. Decidimos antecipá-lo para debater os problemas novos de indiscutível importância política e ideológica que convulsionam o cenário mundial, com forte repercussão em nosso país.

Nesse período, agigantou-se a crise mundial do capitalismo envolvendo grande parte da população do Globo. A recessão persistente na economia de muitos países reduz drasticamente a produção. Os índices de consumo caem cada vez mais baixo. Em particular, os países de menor desenvolvimento são as principais vítimas do cataclismo imperialista. Somente algumas áreas dão sinal de relativo crescimento.

Os imperialistas norte-americanos arvoram-se em donos do mundo. Tentam impor, através de ameaças ou pela força das armas, sua detestável hegemonia. A agressão ao Panamá, e principalmente ao Iraque, revela o recrudescimento da política expansionista e belicista dos Estados Unidos. A “*pax americana*” não passa de brutal violência contra as nações e os direitos dos povos.

Simultaneamente, acirram-se as contradições interimperialistas entre os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão, incluída também a Europa “unida”. Embora não assumam ainda a forma de confrontos diretos, intensificam-se as disputas no terreno econômico e no das influências políticas.

A União Soviética e o Leste europeu encontram-se em plena bancarrota. A desestruturação da economia planificada e sua conversão em economia de mercado acarretou completa desorganização da produção e da distribuição dos bens de consumo. Suas populações vivem o drama das filas e do racionamento em busca do pão de cada dia. Os regimes políticos ali instalados têm características fascizantes. A URSS desintegrou-se, e em seu lugar surgiram repúblicas de tipo capitalista.

A *débâcle* do socialismo na União Soviética, no Leste europeu e também na Albânia, com a destruição de tudo o que lembrava o comunismo, acentuou a crise do socialismo. Acoplados com a campanha anticomunista da burguesia reacionária, multiplicam-se os ataques dos revisionistas e oportunistas ao partido da classe operária e ao marxismo-leninismo.

No Brasil, a situação piora sempre mais desde que Fernando Collor assumiu o governo. Sua política antinacional e antipovo tem causado danos irreparáveis ao país e à população. Vende-se em leilões públicos o patrimônio nacional. O desemprego, a fome e a miséria atingem milhões de brasileiros. As classes dominantes buscam uma saída da crise pela **direita**. Tramam golpear conquistas democráticas consagradas na Constituição.

O Partido Comunista do Brasil, apesar dos contratempos da crise do socialismo, resiste firmemente. Não sofreu perdas maiores. Ao contrário, mantém sua bancada na Câmara Federal e aumentou sua representação nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. Cresceu, também, a influência direta do Partido nas organizações nacionais de massas. É hoje o único Partido da esquerda no Brasil que defende o socialismo científico e se orienta pela teoria revolucionária da classe operária.

Passemos, pois, camaradas, ao exame dos problemas que constituem o centro de atenção do nosso Congresso.

## I

### O quadro dramático da situação internacional

Não é nada promissora a situação mundial do capitalismo. Os fenômenos de sua decomposição acelerada multiplicam-se por toda parte. Embora o Japão apresente índices razoáveis de desempenho econômico, os Sete Grandes, em conjunto, defrontam-se com dificuldades crescentes. Estados Unidos, Inglaterra e Canadá





atravessam uma fase de recessão pronunciada. A antiga URSS e o Leste europeu, reconduzidos ao capitalismo, estão em processo falimentar. Os países do denominado Terceiro Mundo vivem dias muito difíceis.

Em crise, a economia imperialista orienta-se para uma reestruturação mundial que afeta duramente a soberania dos países dependentes, e mesmo dos independentes mais débeis, subordinando-os aos interesses da oligarquia financeira. Baseado na chamada internacionalização da economia, o imperialismo, e antes de tudo o imperialismo norte-americano, busca liquidar as fronteiras nacionais, visando a desobstruir o caminho à sua completa dominação.

## **1. Os fatos econômicos**

O Relatório sobre a Economia Mundial da ONU, recentemente publicado, mostra um quadro catastrófico. A produção total, em 1991, fechou no vermelho, menos 0,3%, o pior desempenho desde o término da Segunda Grande Guerra. A expansão do comércio mundial, ano passado, não foi além de 1%.

Os Estados Unidos, que se tornaram, com o malogro da URSS, a única superpotência, já há alguns anos se debatem em sérios apuros. A Posição Líquida dos Ativos Estrangeiros, a dívida externa, anda pela casa dos 900 bilhões de dólares. A dívida interna saltou de 44,1% do PIB, em 1984, para 62%, em 1990. Sua produção industrial, em 1991, caiu negativamente a 2,6%. Em 1985, os Estados Unidos produziam 8 milhões de veículos. No ano transato, mal chegaram aos 5,5 milhões.

Na América Latina, o Brasil teve expansão zero. Somente alguns países, como a Argentina e o México, obtiveram ligeira melhora. Mas a Argentina vendeu boa parte do seu patrimônio econômico, tendendo para o recrudescimento da crise. O México vem sucateando sua indústria autenticamente nacional e mergulha em desajustes sociais de proporções inusitadas. Mesmo na Ásia, onde se registram taxas elevadas de crescimento, a expansão caiu de 6,3%, em 1990, para 5,4%, em 1991. Apenas a China obteve êxitos econômicos expressivos.

Esse o quadro dramático da economia mundial.

## 2. Efeitos sociais

São alarmantes as consequências sociais. As taxas de desemprego continuam em alta. A queda da produção e a robotização das empresas põem na rua milhões de trabalhadores. Nos Estados Unidos, mais de 9 milhões não têm emprego. Na Comunidade Europeia, cerca de 8,5% da população economicamente ativa encontram-se em idêntica situação, sem contar o violento desemprego na ex-Alemanha Oriental. Igualmente no Japão, 2,4% das pessoas aptas a trabalhar não conseguem ocupação remunerada. O fenômeno se repete na antiga União Soviética e no Leste europeu. Pior ainda a situação dos países do Terceiro Mundo, em crise permanente. A classe operária é a que mais sofre com o descalabro da produção capitalista. O único bem que possui para garantir-lhe a subsistência é a sua força de trabalho que não tem a quem vender.

A fome e a miséria imperam por toda parte. Mais de um bilhão de pessoas, quase um quarto da população do Globo, vive com meio salário-mínimo do Brasil, em estado de pobreza absoluta, conforme dados do Banco Mundial. Exemplo sinistro da magnitude dessa crise nos dá a notícia, divulgada em dezembro último pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF): morrem anualmente de desnutrição, no mundo, quatro milhões de crianças. Mesmo nos Estados Unidos, onde a renda *per capita* chega aos 20 mil dólares, há aproximadamente 40 milhões de americanos com nível de vida abaixo da linha da pobreza oficialmente reconhecida. E mais de três milhões de sem teto morando literalmente na rua.

## 3. Degradação crescente

Assiste-se a uma tremenda degradação da sociedade capitalista em sua totalidade. Cresce a marginalização de enormes parcelas da população. O sistema vigente funciona para pequena parte da comunidade humana. Não tem condições de envolver em atividades produtivas grande número dos que habitam o Planeta, muito menos de garantir-lhes a sobrevivência. Os métodos de ex-



ploração capitalista tornam inviáveis até as formas primitivas de vida. Bilhões de pessoas não têm acesso ao mínimo exigido por uma existência digna. O resultado é a deterioração rápida de todos os valores consensualmente admitidos, gerando desde a degenerescência física até a completa ruína moral. Corrupção e suborno alastram-se. Propagam-se a pornografia e o sexualismo dissoluto. O regime da burguesia gera, em massa, seres aterradores que lhe perturbam a tranquilidade. A área da criminalidade assume proporções inquietantes. Nos centros populosos, sobretudo nos do Terceiro Mundo, observa-se o cerco não formal das grandes metrópoles pela periferia habitada por milhões de carentes de qualquer recurso dispostos a tudo.

Esse quadro sempre mais degradante reflete a lei absoluta, geral, da acumulação capitalista. Marx assinalou que “quanto maior é a riqueza social tanto maior é a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva. E quanto maior é esse exército de reserva, em comparação com o exército operário ativo, tanto maior é a massa de superpopulação consolidada (permanente) ou as camadas operárias cuja miséria está na razão inversa de seus tormentos no trabalho.”. E ainda: “Quanto mais extensos são na classe operária o setor da pobreza e o exército industrial de reserva, tanto maior é também o pauperismo oficial.”. Presentemente, a essa superpopulação relativa ligada à lei da acumulação agregam-se imensas massas populares que vegetam à margem da produção.

O sistema capitalista não pode superar semelhante contradição que tende a se aprofundar, uma vez que tal sistema somente existe com a concentração sempre maior das riquezas nas mãos de um punhado de oligarcas, em detrimento dos interesses vitais dos trabalhadores e das massas populares, bem como do progresso da sociedade. Desse modo, evidencia-se o declínio do regime capitalista-imperialista que, no entanto, não cairá sem a ação revolucionária consequente.

#### **4. Pretensa nova etapa**

Esse processo objetivo da marcha contraditória e decadente do capitalismo é contestado pelos neoliberais, que caracterizam

a situação atual do sistema capitalista como nova etapa, nova era da humanidade. No terreno econômico, indicam dois fatores que determinariam essa nova etapa: a crescente integração propiciada pela internacionalização da economia e a revolução tecno-científica. É falsa tal opinião.

Sob o capitalismo, a lógica da internacionalização da economia é simplesmente perversa. Conduz a uma Divisão Internacional do Trabalho onde aos países do Terceiro Mundo só restará produzir mercadorias de baixo conteúdo tecnológico como papel, celulose, têxteis, couro, agroindústria em geral. E importar os produtos de cunho tecnológico mais sofisticado. Isso ocorre devido a que, sendo atualmente a tecnologia a principal moeda de troca da economia mundial, os países desenvolvidos e os grandes conglomerados internacionais levantam barreiras cada vez maiores para dificultar o acesso de outras nações, e mesmo de empresas, a esse clube fechado de detentores da tecnologia de ponta.

Por outro lado, muitas indústrias que se instalaram nos países terceiro-mundistas, o fizeram não apenas porque procuravam mão de obra barata e vantagens fiscais, mas também visando a vencer os empecilhos existentes nesses países para a entrada de produtos estrangeiros. A forma de ter acesso a tais mercados era a de neles instalar-se. Com a “abertura” tarifária que vem sendo promovida, sob pressão e direção do FMI, e levando em conta que mão de obra barata e desqualificada deixou de ser, em certa medida, uma vantagem competitiva devido aos avanços da automação, nada impede que essas indústrias se retirem daqueles países. Aliás, o que já vem acontecendo com a indústria automobilística, por exemplo.

As intituladas novas tecnologias, embora representem um avanço do conhecimento humano e objetivamente tenham caráter progressista, sob o capitalismo voltam-se para a produção de bens sempre mais sofisticados, consumidos unicamente por uma minoria, o que contribui para aumentar o desemprego.

Não há mudança substancial na estrutura do imperialismo que configure etapa distinta da atual. Sua base continua sendo o monopólio, a oligarquia financeira, a exportação de capitais, a di-



visão do mundo entre os supermonopólios internacionais, a subjugação de povos e nações. “O capital financeiro, dizia Lênin, é uma força tão considerável, tão decisiva em todas as relações econômicas e internacionais, que é capaz de subordinar, e de fato subordina, inclusive os Estados que gozam de uma independência política completa.” Tudo isso perdura.

A verdade é que a chamada nova etapa do capitalismo, apreendida pelos neoliberais e seus afins, nada mais é do que o velho imperialismo, tão bem fundamentado por Lênin, elevado a um grau de concentração insuspeitado. O capitalismo sobrevive, concentrando cada vez mais a renda e excluindo do mercado de consumo gigantescos contingentes da população mundial. Mesmo nos países desenvolvidos, o número dos que dependem do auxílio público para sobreviver, de mendigos e miseráveis, eleva-se incessantemente. Note-se: a percentagem de pessoas incorporadas ao mercado de consumo, ao invés de crescer com o aumento da população, diminui no mundo todo. É o que afirmam, com segurança, as estatísticas oficiais.

## **5. Falsa ideia de paz e democracia**

Também setores da esquerda, de feição socialdemocrata, proclamam o surgimento de uma era de paz, de progresso e democracia. Argumentam que, com o fim da “guerra fria”, arrefeceram as tensões internacionais, pressagiando o término dos conflitos bélicos. A paz reinaria no mundo. E as relações de dependência seriam substituídas por relações de cooperação.

Para aqueles que assim pensam, a luta anti-imperialista já não teria razão de ser, estaria em dissonância com o “novo” contexto internacional. Luta de classes, revolução, ditadura do proletariado, enquanto expressões de formas “violentas”, pretensamente anti-democráticas, de conquista e consolidação do poder político, encontrar-se-iam em desacordo com a consciência democrática dos povos.

A realidade turbulenta dos dias atuais contradiz peremptoriamente essa visão equivocada do mundo.

A guerra continua presente nos planos e estratégias do imperialismo. A tese de que a “guerra é a continuação da política por outros meios”, tão impudentemente contestada por Gorbachev, tem plena atualidade. Ainda que, conjunturalmente, não exista perigo de guerra mundial imediata, as grandes potências encaram a possibilidade futura de violentos choques armados para assegurar seu domínio em determinadas regiões ou em todo o mundo. É a lei de ferro do capitalismo que não pode prescindir do recurso extremo às armas. A recente agressão dos Estados Unidos ao Iraque, com o apoio da ONU e de várias potências, objetivando assenhorear-se de áreas estratégicas de petróleo, bem demonstra a falsidade da paz anunciada pelos oportunistas. O ataque brutal ao Panamá, realizado pelas tropas de Bush, alerta os povos da América Latina e do Terceiro Mundo para a ameaça real que existe à sua soberania. Guerra é também a que se desenvolve na Iugoslávia, onde tropas da Sérvia e da Croácia enfrentam-se em duros combates.

A “*pax americana*” não passa de um embuste. Mostra-se ferozmente intimidativa. Hoje, qualquer gesto de oposição aos interesses americanos, políticos ou econômicos, é respondido com a violência mais irracional. Expressiva, aliás, a declaração do secretário de Defesa dos Estados Unidos, Dick Cheney, ano passado: “Devemos manter nossa capacidade de controlar os oceanos do mundo, de realizar nossos compromissos na Europa, devemos ser capazes de ostentar força, seja no Sudoeste da Ásia, seja no Panamá, para fazer face aos imprevistos e defender os interesses norte-americanos.” Revela, igualmente, a mesma arrogância da política agressiva do imperialismo estadunidense, a declaração do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas dos EEUU na guerra do Golfo, Colin Powell: “Minha estratégia” – disse o carrasco – “é isolá-los (os iraquianos) e, depois, matá-los.” É como se ouvíssemos, saindo do túmulo, a voz de Hitler.

Através da guerra, o capitalismo procura enfrentar as contradições geradas pelo sistema: entre os países imperialistas; entre os povos e as nações subjugados e os países imperialistas espoliadores; entre o capital e o trabalho que pode converter-se em revolução social.



A decantada democracia que se teria afirmado em definitivo como valor universal é uma das muitas utopias enganosas que circulam intensamente. Choca-se, porém, a todo instante com a realidade política. A vida tem demonstrado que a democracia em geral tanto serve à luta das forças progressistas como, em situações adversas, ajuda a reação. Gorbachev jactanciava-se de ter implantado a democracia na extinta União Soviética. Essa democracia auxiliou tão-somente as forças retrógradas a esmagarem o que restava de comunismo. No Leste europeu, também favoreceu a ascensão da **direita**. São muitos os países onde a falaz democracia burguesa tem conduzido à eleição de governos reacionários. Em quase toda parte, em que vencem as correntes direitistas, instalam-se regimes obscurantistas, anticomunistas. Não se deve, porém, subestimar a luta pela democracia que é uma aspiração das massas para se opor aos regimes reacionários e conquistar posições políticas que permitam o avanço das correntes revolucionárias. Do mesmo modo, merece destaque a luta pelas liberdades democráticas indispensável ao desenvolvimento das ações de massas. Liberdade para organizar e conscientizar os trabalhadores e o povo a se levantarem em defesa de seus interesses fundamentais. Liberdade para dar curso às ideias renovadoras e avançadas. Os fatos citados indicam, no entanto, que o valor universal dado à democracia pelos oportunistas carece de base real.

## 6. A nova ordem

Pretendendo-se senhor absoluto do mundo, Bush anuncia uma Nova Ordem, tipicamente imperialista. Decorre da mudança de correlação de forças na esfera internacional, com a derrocada da União Soviética que perdeu sua condição de superpotência, e esfacelou-se. Os Estados Unidos, como a única potência militar indiscutível, julgam-se no direito de ditar ao mundo os rumos que lhes convêm. A própria ONU, impotente face às imposições norteamericanas, anulou-se completamente, tornou-se incapaz de qualquer ação independente. O governo estadunidense faz o que bem entende, sem dar satisfação a ninguém. Apesar de terminada a guerra contra o Iraque, Bush impõe a continuidade de um bloqueio econômico monstruoso que condena à morte milhares de crianças

iraquianas por falta da importação de alimentos e medicamentos adequados. Ameaça igualmente a Coreia do Norte com bloqueio semelhante caso o governo norte-coreano não ceda às suas exigências. Contra Cuba, aperta o cerco econômico e militar. Tropas americanas continuam no Panamá que, por pressão da Casa Branca, se vê na contingência de dissolver seu Exército.

Os Estados Unidos comandam uma campanha mundial visando à liquidação dos instrumentos essenciais da soberania nacional dos países do Terceiro Mundo. Nesses países, consoante essa campanha, o Estado, elemento fundamental de soberania, limitar-se-ia à administração de serviços públicos, a cobrança de impostos e manutenção policial da ordem interna. Uma espécie de Administração subalterna do tipo Prefeitura de grande cidade. Os Exércitos nacionais desapareceriam ou seriam reduzidos à expressão mais simples. Já não teriam função de defesa das fronteiras da nação. Também as empresas estatais de grande porte, base de um desenvolvimento econômico independente, passariam ao setor privado, em particular ao capital estrangeiro. Tudo isso é proclamado abertamente. Usando linguagem direta, McNamara, ex-presidente do Banco Mundial e ex-secretário de Defesa dos Estados Unidos, propôs, durante reunião conjunta do Banco Mundial e do FMI, realizada em Washington, ano passado, “eliminar as Forças Armadas dos países em desenvolvimento – como o Brasil – e substituí-las por um exército supranacional sob o comando do Conselho de Segurança da ONU.” Nessa mesma reunião, McNamara, num documento de sua autoria, recomendava proibir a aquisição e fabricação de certos tipos de armas e mísseis balísticos. “Os países que desrespeitassem a proibição” – enfatizava – “poderiam ser invadidos para que fosse eliminada a capacidade de produção de eventuais arsenais dessas armas.” E ainda mais: “As grandes potências e instituições financeiras internacionais deveriam exigir dos países em desenvolvimento a redução dos orçamentos militares, como condição para a concessão de novos financiamentos.”

Tais proposições revelam a estratégia do imperialismo em relação aos países do Terceiro Mundo. Visam a transformá-los em simples agregados das grandes potências, nomeadamente dos Estados Unidos, territórios desprovidos de soberania, entrosados





com os projetos econômicos e políticos do denominado Primeiro Mundo. É o neocolonialismo elevado à máxima potência.

## **7. Resumindo**

Em síntese, a situação internacional põe a descoberto a crise estrutural do sistema capitalista em escala planetária. Crise, porém, que não nega o seu desenvolvimento, ainda que bastante deformado, acarretando contrastes sociais violentos. O capitalismo-imperialismo, em sua última etapa, tenta um novo padrão de crescimento, baseado no desenvolvimento de novas tecnologias de produtos e de processos de fabricação, que levam à concentração ainda maior do poder econômico. Tal novo padrão acirra as contradições interimperialistas, em especial entre os Estados Unidos e o Japão, e marginaliza mais ainda os países menos desenvolvidos. Fora da disputa pela hegemonia mundial, a ex-União Soviética deixa campo livre aos monopolistas norte-americanos que buscam se impor como única superpotência dispendo de força militar qualificada. Aproveitando-se dessa circunstância, o governo de Bush proclama a Nova Ordem de cunho imperialista. Embora seja ainda pequena a resistência às investidas neocolonialistas de Washington, a luta dos povos dos países do Terceiro Mundo por sua soberania e independência nacional tende a constituir-se no movimento mundial de maior expressão contra o imperialismo.

A força que ostenta o capitalismo em decomposição está minada por contradições insolúveis, não tem futuro. O socialismo é a grande bandeira libertadora que os povos terão de reerguer para tornar realidade a vitória dos ideais revolucionários dos explorados e oprimidos de todo o mundo.

## **II**

### **A situação nacional em contínuo agravamento**

Refletem-se pesadamente sobre a situação nacional as mudanças negativas ocorridas no plano mundial. É muito forte a pres-

são imperialista ao nosso país que envolve, inclusive, séria ameaça à soberania da nação. A crise do capitalismo tende a restringir mais ainda os requeitados investimentos estrangeiros e a aumentar a espoliação do Brasil pela oligarquia financeira internacional. A pretensa Nova Ordem, ditada pelo governo dos Estados Unidos, reforça a arrogância e a agressividade dos potentados de Washington em relação às nações débeis da América Latina.

Internamente, agrava-se a crise que afeta não apenas a economia em frangalhos, mas também a política, a área social e moral, gerando uma situação de vida dramática para milhões de brasileiros. O presidente Collor mostra-se incapaz de administrar o país e põe em prática uma política de traição nacional. Isola-se cada vez mais. O descontentamento contra o governo vai -se convertendo em indignação geral.

No 7º Congresso do Partido, em maio de 1988, dizíamos que o Brasil se encontrava numa encruzilhada histórica. “Ou rompe radicalmente com o atual estado de coisas e assegura um desenvolvimento econômico independente, abre clareiras para o progresso, para a democratização e modernização da vida nacional ou afunda-se no pântano da decadência e da submissão à oligarquia financeira imperialista.”

Esta constatação vem-se comprovando ano após ano. Já no final do governo Sarney eram claros os indícios de decadência. Com a chegada de Collor ao Planalto, e nestes quase dois anos de mau governo, acentuou-se essa tendência.

### **a) Retrocesso econômico**

Em nenhum período anterior foi mais crítica a situação econômica. O Produto Interno Bruto, em 1991, bateu novo recorde de queda. A recessão aprofunda-se e não dá sinais sequer de contenção. Muitas indústrias reduzem drasticamente a produção. Inúmeras empresas encerram suas atividades. Também a produção do setor agropecuário, em geral voltada para a exportação, sofre redução acentuada. Não há investimentos no setor produtivo.



Seguindo instruções do FMI, o governo Collor colocou como tarefa principal no terreno da economia, o combate à inflação que, no período de Sarney, havia alcançado cifras elevadas. Anunciou vários Planos, verdadeiros choques na economia e nas finanças do país. Todos eles fracassaram. Seu combate à inflação visa principalmente a ajustar a situação financeira do país aos interesses dos banqueiros internacionais, de quem espera ajuda e apoio. Uma das molas essenciais desse combate é reduzir a capacidade de compra dos brasileiros, o que faz com o violento achatamento salarial que alcança não apenas os trabalhadores, mas também o funcionalismo público e a classe média. A política econômico-financeira de terra arrasada seria o marco da retomada do desenvolvimento, a partir do zero. Retomada que não se vislumbra nem de imediato, nem a longo prazo. E que redundará em maior dependência ao capital estrangeiro e, portanto, prejudicial ao povo e à nação brasileira.

### **b) Degradação persistente**

Com a atual política do governo, dia a dia aumenta a degradação da vida do povo. Há milhões de desempregados. A crise social atinge a população em geral. Estima-se em 20 milhões os menores desamparados, entre os quais se sobressaem os meninos de rua. O número de pessoas que moram sob as pontes e os viadutos nas grandes cidades cresce vertiginosamente. A fome estende-se por todo o território nacional. Mais da metade da população de quase 150 milhões de habitantes não consome o mínimo de calorias indispensáveis à sobrevivência normal. Dados de fonte científica mostram que os moradores do Nordeste, e não só do Nordeste, apresentam deficiências físicas notórias que se relacionam com as condições precárias de nutrição. Os serviços públicos de educação, saúde, assistência social encontram-se em deterioração pronunciada. Os hospitais acham-se desaparelhados para atender à massa de enfermos que os procuram. Muitos doentes morrem por falta de atendimento médico adequado. As escolas são insuficientes para proporcionar educação elementar às crianças. Mal pagos, os professores não têm condições de cumprir regularmente, e no nível exigido, sua função educacional. Muitos ganham menos do que

o salário-mínimo. A universidade pública não se expandiu, vive em grandes apertos. Os cursos universitários transformam-se em opção para os ricos. As taxas elevadas das matrículas nas universidades particulares, atualmente em número bem maior do que as do ensino federal, tornam inviável o ingresso nessas universidades daqueles que não dispõem de fartos recursos.

### **c) Instituições obsoletas**

Mas o processo de decadência, que vem de longe, localiza-se também nas instituições. O Judiciário, estabelecido no velho sistema cartorial português, é um trambolho na vida pública. Centenas de milhares de demandas judiciais dormem sono eterno nos tribunais. A Justiça, cara, é excessivamente demorada, inacessível às massas. Os juízes não têm nenhuma vinculação com a soberania popular. Nomeados pelo governo, decidem, em geral, segundo os padrões das classes mais favorecidas. O Executivo concentra nas mãos de pequeno grupo, quando não nas do principal mandatário, decisões fundamentais da nação. O presidente da República administra por meio de decretos-leis, as chamadas Medidas Provisórias. Somente recorre ao Legislativo para formalizar atos que demandem certa cobertura política. Governa como bem entende, sem levar em conta a própria Constituição. Pode vender o patrimônio econômico do país, o que vem fazendo, sem maiores entraves. Não tem responsabilidade frente ao povo. É o oposto de uma governança confiável e responsável diante da comunidade. Por sua vez, o Legislativo tem uma composição social extremamente conservadora. A maioria esmagadora do Congresso pertence às classes dominantes. Legisla segundo os interesses desses setores sociais. Nele, é mínima a participação dos trabalhadores da cidade e do campo que constituem a parcela maior da população. O Congresso é uma máquina emperrada, incapaz de produzir as leis de que a nação necessita. Suas decisões legislativas, em muitos casos, são interpretadas pelos outros poderes – o Judiciário e mesmo o Executivo – com sentido diferente do que fora fixado pelos legisladores. O Congresso – Câmara e Senado – não joga papel de destaque nas deliberações fundamentais do país.



Assim, o Estado brasileiro, em conjunto, mostra-se superado, as instituições que o compõem são antiquadas. Todo o sistema administrativo está minado pela ineficiência. A corrupção, em níveis jamais vistos, envolve amplamente o aparelho estatal. Ministros, juízes, parlamentares, governadores, Primeiro Escalão da Presidência, são constantemente citados em escândalos milionários, bilionários de prevaricação no exercício da função pública.

### **d) Ameaça aos fundamentos da nação**

A crise que se manifesta nos escalões superiores das classes dominantes toma feição mais grave, na atualidade, porque começa a corroer os fundamentos mesmos da nação brasileira. Os governantes conservadores sempre realizaram a política de submissão ao capital estrangeiro, uma das causas das dificuldades estruturais que vive o Brasil. Mas subsistia certa prudência relacionada com a defesa da soberania nacional. Desde a instalação do governo Collor observa-se, porém, mudança substancial na orientação geral do país num sentido que compromete o futuro independente e soberano da nação. O Projeto neoliberal do presidente da República é uma peça ajustada ao plano global do imperialismo, sobretudo o norte-americano, de instauração da Nova Ordem. Utilizando o subterfúgio da “integração do Brasil no Primeiro Mundo”, Collor vai alienando a soberania do país. Liquida a base fundamental para o desenvolvimento econômico independente que, em países como o nosso, é constituída pelas empresas estatais de grande porte. Tais empresas, como a Companhia Siderúrgica Nacional, a Usiminas, a Petrobrás, a Mafersa, a Petroquímica, a Embraer e outras desempenham e desempenham importante papel no relativo progresso do Brasil, ainda que mal administradas devido ao caráter reacionário do Estado. Ao privatizá-las, Collor abre espaço para entregá-las ao capital estrangeiro. O secretário do Comércio dos Estados Unidos, Robert Mosbacher, sugeriu publicamente “a adoção de medidas graduais que permitam a aquisição de 51% ou mais do capital das estatais por investidores do Exterior”, salientando que estes se interessam particularmente pelas “empresas que atuam nos ramos siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes.”. Silenciou,

de propósito, o setor do petróleo no qual tem os olhos postos ambiciosamente. Essa aquisição **gradual** vai-se fazendo. Nos leilões da Usiminas, Mafersa e outras, as ações vendidas foram parar, em boa parte, nas mãos de testas de ferro dos monopólios estrangeiros ou de especuladores financeiros.

Collor empenha-se também no desmonte do Estado Nacional, enquanto órgão de soberania. Faz intensa propaganda em favor da redução das funções do Estado que, na sua versão, deveria ocupar-se principalmente do gerenciamento de serviços públicos, como a educação, a saúde, a habitação, o meio ambiente etc. Um tipo de Estado de características coloniais. Perderia sua condição de organizador e incentivador do progresso econômico, político, social, cultural da sociedade que aspira a ser livre, independente, progressista. Outro elemento a ser podado em suas funções específicas são as Forças Armadas que, diga-se de passagem, em período recente, impuseram à nação uma ditadura feroz. Faz-se campanha sorrateira, que se origina no exterior, visando a desaparelhar militarmente o país. Os imperialistas não querem encontrar obstáculos aos seus propósitos de domínio. Chegaram ao ponto de promover a “auto-dissolução” do Exército do Panamá, uma nação retalhada e ocupada por tropas dos Estados Unidos. Collor colabora ativamente com o plano imperialista. Corta verbas indispensáveis à manutenção de serviços e a iniciativas ligadas à defesa nacional. Desativa a produção de armas e de mísseis balísticos produzidos com tecnologia brasileira. O Planalto e seu ministro do Exterior não tiveram uma palavra de condenação ou mesmo de estranheza à proposta cínica e petulante de McNamara de eliminação das Forças Armadas dos países em desenvolvimento, inclusive o Brasil, e sua substituição por forças supranacionais, sob o comando da ONU, instrumento político dos Estados Unidos.

Semelhante atitude do governo brasileiro desenha um quadro preocupante sobre o futuro da nação que se vê ameaçada por potências estrangeiras. As riquezas do Brasil sempre foram cobijadas pelos monopolistas de fora, em particular as da Amazônia, uma das regiões do mundo que detém as maiores reservas minerais.



## e) Internacionalização da Amazônia

Os imperialistas não escondem sua pretensão de internacionalizar a Amazônia. Realizam campanhas com esse objetivo. Editam livros e revistas, além de programas de televisão, disseminando a falsa ideia de que o Brasil não tem possibilidade de proteger essa região que, segundo eles, envolve problemas vitais para a Humanidade. Dizem que as florestas estariam sendo dizimadas sem apelação e que isso produziria o efeito-estufa na atmosfera. Os argumentos são grosseiros, calam, no entanto, no espírito dos desavisados.

Onde, porém, realizam ações mais ativas é entre a população indígena, mal atendida pelo governo. Seus agentes, em geral missionários americanos, procuram iludir a boa-fé dos índios, tentando utilizá-los nos planos de formação de **enclaves** territoriais, separados da soberania brasileira. Tentam corromper os índios e desvirtuam a política de defesa do modo de vida, dos costumes, da cultura primitiva desses povos. Collor fecha os olhos a essa atividade nociva ao Brasil, coopera direta ou indiretamente na campanha desnacionalizante da Amazônia. Dificulta a construção de obras de infraestrutura e de defesa das fronteiras nacionais na região do extremo Norte. Patrocina a Conferência ECO-92 organizada pelos interessados em solapar os direitos soberanos do Brasil sobre a Amazônia.

Depois do que sucedeu com o Panamá, Granada e o Iraque, agredidos brutalmente pelos Estados Unidos, com o apoio da ONU, e o que acontece com Cuba, bloqueada pelos imperialistas norte-americanos, seria crime de lesa-pátria cruzar os braços ante a ameaça real que pesa sobre a Amazônia. Os brasileiros precisam se preparar em todos os terrenos para defender essa imensa região do território nacional. Suas riquezas devem servir ao progresso do país, ao bem-estar de seus filhos, à edificação de uma pátria livre, soberana e progressista.

Tal o quadro sombrio da realidade nacional.

## **f) Um novo regime, um novo governo**

Muitos comentaristas políticos e personalidades públicas, face à perspectiva ruínosa que o país apresenta, ousam dizer que o Brasil está acabando. O PCdoB reafirma o que enfatizou em 1988: ou se rompe radicalmente com o atual estado de coisas ou o país se afunda cada vez mais na decadência e na submissão total à oligarquia financeira internacional.

São graves as ameaças com que o Brasil defronta. Impõem-se definições de rumos na encruzilhada histórica que se delinea. O país reclama profundas reformas, transformações radicais na estrutura econômica e na superestrutura política, jurídica, social, cultural. Não cabem remendos ou reajustes inócuos, simples mudança de pessoas na direção do Estado. Por mais bem-intencionadas que fossem essas pessoas, ficariam somente nas boas intenções. A máquina estatal das atuais classes dominantes, enredada num sistema atrasado e dependente do capital estrangeiro, não permite reverter a tendência malsã que se instalou na vida da nação.

Objetivamente, o que o Brasil necessita é passar ao socialismo, criar um governo socialista, dirigido pelas forças mais avançadas da sociedade, por partido ou partidos, que tenham por base uma teoria científica, revolucionária. Socialismo com as características peculiares ao nosso país e ao nosso povo, capaz de construir, através das etapas necessárias, a nova vida de progresso, liberdade, justiça social, autêntica independência nacional, cultura e bem-estar dos trabalhadores e da imensa população laboriosa.

Em termos de estratégia política – esse o objetivo maior que persegue o Partido Comunista do Brasil, PCdoB, na atualidade. Somos socialistas e lutamos, desde já, pela vigência do socialismo científico em nossa pátria. É a única e verdadeira solução para os intrincados e aflitivos problemas que o país atravessa.

## **g) Caminhos de luta e unidade**

Lutando pelo socialismo, avessos que somos à estreiteza setorial, devemos buscar, no campo político, os caminhos concretos





que nos conduzam ao novo regime. Não se pode ir em linha reta ao poder socialista. Há que se encontrar, em cada momento, aliados permanentes ou ocasionais que, nos embates políticos, ajudem a impulsionar o avanço do movimento emancipador. E descobrir também entre as muitas tarefas que se apresentam, aquela que domine a cadeia dos acontecimentos e que, bem conduzida, facilite o êxito estratégico.

Atualmente, adquire importância primordial a questão nacional. A defesa dos fundamentos da nação brasileira aviltada pelo governo Collor, com o beneplácito da maioria conservadora do país, é uma grande tarefa do momento. No futuro imediato ocupará a cena política como centro das atenções de um número cada vez maior de patriotas. O imperialismo norte-americano prosseguirá realizando seus planos de destruição das fronteiras nacionais. Boa parte das classes dominantes continuará fazendo o jogo do imperialismo. Os campos ir-se-ão definindo. É inevitável o crescimento da resistência anti-imperialista com sentido renovador.

Apoiaremos firmemente os atos de oposição aos inimigos internos e externos. Incentivaremos o surgimento de um amplo e poderoso agrupamento anti-imperialista e democrático-nacional que reúna não somente as massas populares e o movimento operário, mas também a intelectualidade progressista, representantes da economia autenticamente nacional, setores militares que não concordem com a perda crescente da soberania brasileira, personalidades destacadas da vida nacional, em suma, todos os que amam a pátria e não querem transformar-se em meros agregados, em vassalos da superpotência norte-americana.

## **h) A democracia necessária**

Parte importante da luta por transformações radicais no país, o combate em favor da democracia assume papel destacado. As forças reacionárias mundiais fazem intensa campanha anticomunista visando a golpear as conquistas democráticas e progressistas. Estimulam por toda parte os regimes de **direita** ou de tendência fascista. No Brasil, a democracia sempre foi restrita e o país tem

vivido largos períodos de ditaduras. As instituições arcaicas refletem essa precariedade democrática. No Executivo, no Judiciário e no Legislativo não há espaço para a afirmação da soberania popular. Os partidos políticos de vinculação progressista são discriminados. A lei e a Justiça Eleitoral protegem os partidos das classes dominantes, dificultam a expansão dos pequenos partidos, muitos dos quais, como o nosso, com real integração nas massas. As correntes avançadas e o povo em geral não têm acesso aos meios de comunicação massivos. A minoria conservadora reacionária só pode manter-se nas posições de mando, impedindo a efetiva democratização da vida nacional. Tenta, agora, através de seus parlamentares, retirar da Constituição alguns dispositivos democráticos e cercear mais ainda a existência e o funcionamento dos partidos que representam o progresso social.

Entretanto, o Brasil necessita prementemente de democracia. A saída para os seus problemas atuais passa pela reforma profunda das instituições obsoletas e isso exige democratização. Também indispensável para modernizar a vida política, social e cultural do povo brasileiro, para combater os privilégios da minoria. Democracia destinada a favorecer a organização do povo, a arregimentação dos trabalhadores na luta por seus interesses vitais e pelo socialismo.

O Partido Comunista do Brasil empenhar-se-á no combate ao atraso político e ao reacionarismo conservador. Lutará por democracia para o povo como instrumento imprescindível à ação consequente por um novo regime.

### **i) Importância do cotidiano político**

Atuar no curso da vida política é uma exigência do movimento revolucionário. Nunca se sabe de antemão que problemas advirão pondo em choque os diversos interesses em jogo. Quando amadurece a necessidade de transformações radicais, muitas vezes o detonador do conflito maior surge de questões aparentemente insignificantes. Devemos nos manter atentos a todos os vaivéns do curso político.



Presentemente, o país vive uma situação de grande instabilidade política. O governo Collor perdeu a credibilidade como governante da nação. Não tem base de apoio e faz política pessoal, divorciada das aspirações do povo brasileiro. Sua orientação geral é de traição aos interesses nacionais. São frequentes as crises políticas que, em determinada circunstância, podem transformar-se em crise institucional do poder.

Políticos de projeção nacional, geralmente candidatos à presidência da República em 1994, esforçam-se para sustentar Collor no governo até o fim do mandato. É duvidoso que isso possa suceder. Crescem a indignação das massas e o sentimento de que os que o elegeram têm todo o direito de exigir o seu afastamento do cargo, antes que maiores calamidades tomem conta do país. O PCdoB, em oposição decidida a Collor, apoia o movimento democrático e popular que reclama sua retirada do Planalto. “Ou o Brasil, ou Collor” é o dilema que se apresenta à nação.

Na emergência de uma crise institucional que ponha fim ao mandato presidencial, o PCdoB julga acertado proceder-se à eleição imediata de novo governante. Essa eleição poderá assinalar um marco de viragem na política brasileira, sobretudo se se fortalecer o movimento popular antiCollor, sob a direção das correntes progressistas e revolucionárias.

Tal o desenvolvimento da situação nacional e as perspectivas que se apresentam. Nem tudo ocorre como se imagina. Mas ter uma orientação segura, baseada na realidade, é meio caminho para o êxito.

### III

## Os contratempos do socialismo

Camaradas delegados,

Um dos principais motivos da antecipação do 8º Congresso do Partido foi a necessidade de discutir amplamente as questões relativas ao socialismo, que atravessa uma fase de enormes dificuldades.

Vivemos uma situação de generalizado abalo das convicções progressistas de transformação radical da sociedade. Estendem-se o ceticismo, o desalento, as vacilações acerca da justeza das teorias de Marx, Engels, Lênin. Voltam à cena política velhas e ilusórias utopias de reforma do capitalismo como saída para os irreparáveis desajustes originados da decomposição desse sistema.

A burguesia realiza em âmbito planetário intensa campanha anticomunista. Deturpa, dissimula, tergiversa. Recorre a múltiplos artificios para confundir as grandes massas da população a fim de desviá-las do caminho da ação revolucionária. Ataca em todos os terrenos, agride não somente os comunistas, mas tudo o que é socialmente avançado.

**Pari passu** com essa campanha, populações desnorteadas em países outrora socialistas revivem os dias trágicos do nazi-fascismo. Destroem símbolos da epopeia revolucionária, derrubam monumentos levantados em homenagem às grandes figuras da gesta transformadora do velho mundo. Leningrado, agora é São Petersburgo. E a bandeira da Rússia não é mais vermelha, tem as cores sinistras do czarismo.

As forças de vanguarda resistem, em condições muito difíceis. Fomos duramente atingidos. Mesmo antigas referências da luta antirrevisionista, como o PTA, capitularam, mudaram de campo. Todavia, alguns países onde a revolução triunfou, como Cuba, Vietnã, Coreia do Norte e a China Popular, mantêm-se decididos a levar adiante a causa que defendem. Os partidos marxista-leninistas, antirrevisionistas, prosseguem no esforço orientado para a reorganização das forças revolucionárias. E há entre Partidos que haviam adotado o revisionismo do PCUS um empenho salutar visando a reorientar suas posições político ideológicas.

Vamos fazer neste 8º Congresso uma avaliação multilateral dos acontecimentos ocorridos no mundo socialista. E tirar ensinamentos, recolher experiências que sirvam às lutas atuais e futuras. Não temos a pretensão de dominar plenamente o assunto tão complexo. Conhecemos nossas deficiências, e também a magnitude da tarefa, que tem sentido histórico.



## 1. Balanço das conquistas de 1917

Antes de mais nada, impõe-se um rápido balanço das conquistas revolucionárias de 1917. Há quem negue, e não são poucos, os êxitos alcançados, e até mesmo a existência do socialismo na URSS e em outros países.

Sob a direção do Partido Bolchevique, a Revolução Socialista erigiu um novo sistema econômico-social oposto ao capitalismo. Inspirou por toda parte a luta consequente da classe operária e dos povos oprimidos. Acendeu a chama da esperança no coração dos que só têm a perder os grilhões da impiedosa exploração capitalista.

Imensas as contribuições que deu ao avanço da sociedade humana. A abolição da contradição entre o trabalho socializado e a apropriação privada permitiu rápido desenvolvimento, sem crises, das forças produtivas, colocando a União Soviética no nível dos países altamente industrializados. Com a coletivização da agricultura, modernizou a vida rural, utilizando máquinas e instrumentos agrícolas de grande eficiência. Elevou o **status** social da classe operária e do campesinato. Passos importantes foram dados no terreno da cultura – nunca antes se imprimira tantos livros, nunca antes as massas populares e os trabalhadores tiveram a oportunidade de se pôr em contato com a literatura, a arte e a ciência, com as conquistas do Saber. Instituiu-se um governo que reunia as funções executiva e legislativa num só órgão – o soviete, criado pelas massas. Em contraposição às rivalidades nacionais e étnicas oriundas do capitalismo, construiu-se um sistema de convivência fraterna entre os diversos povos habitantes do território eurasiático da URSS.

Todas essas conquistas foram obtidas em árduas batalhas contra a ruína, a miséria, a fome secular que imperavam no país dos czares. E contra as forças da reação imperialista. O socialismo derrotou a intervenção militar dos 14 Estados, superou o bloqueio econômico imposto pelos países capitalistas e seus lacaios, desmantelou a sabotagem dos técnicos estrangeiros, debelou a total desorganização dos transportes e dos serviços públicos. O novo regime realizou prodígios de desenvolvimento econômico plani-

ficado – a economia soviética obteve taxas de crescimento contínuo jamais conseguidas pelos países capitalistas. Isso refletiu-se no bem-estar material e espiritual das massas trabalhadoras. Desapareceram, enquanto perdurou o socialismo científico, a pobreza absoluta, o desemprego crônico, o analfabetismo, a mendicância e outras chagas da velha sociedade. Significativamente, na Segunda Grande Guerra, a União Soviética derrotou a agressão da todo poderosa Alemanha hitlerista. A URSS aumentou consideravelmente seu prestígio internacional e sua influência nos desdobramentos da situação do mundo.

Esse o balanço, breve, do período em que prevaleceu o socialismo na União Soviética – quatro décadas, de 1917 a 1957. Embora o novo sistema não tivesse ainda alcançado o nível de desenvolvimento econômico dos grandes países capitalistas, demonstrou inequívoca superioridade no equacionamento e na solução dos problemas angustiantes com que se defronta a Humanidade. A União Soviética avançou séculos na luta por um mundo melhor.

## **2. O Revisionismo contemporâneo**

A partir dos fins da década de 1950 e começo da de 1960, sob o domínio dos revisionistas contemporâneos, a União Soviética deixou de ser um país socialista. O poder e a direção da sociedade, comandados pelos leninistas desde 1917, passaram aos revisionistas, uma tendência antissocialista de fundo liberal-burguês. Liderada por Krushev, iniciou-se a transição gradual de volta ao capitalismo que durou mais de três decênios.

A transição para o capitalismo operou-se de maneira camuflada. Seus executores falavam de “socialismo maduro e desenvolvido”. Conservaram o nome do Partido, mantiveram a antiga estrutura do poder soviético, prosseguiram com o tipo de economia estatizada e planificada. Todavia, deram outro conteúdo às antigas formas socialistas. Instituíram um sistema híbrido. O poder, apoiado na burocracia, já não servia ao avanço da sociedade no rumo do comunismo, mas ao retrocesso para o regime da exploração do homem pelo homem condenado pela História.



Diversas facções dirigiram a transição nefasta. Depois de Krushev, afastado em 1964, veio Brejnev; após este, Chernenko e Andropov; finalmente, Gorbachev. Cada qual cumpriu determinado papel. Brejnev pretendia corrigir desvios de Krushev – prosseguiu na linha oportunista. Gorbachev completou o processo de marcha-à-ré. Lançou a Perestroika para superar as “falhas” de Brejnev e “modernizar” a vida política, econômica e social. Acelerou a implantação da economia de mercado. Sob sua direção, a União Soviética converteu-se ao capitalismo. Yeltsin substituiu Gorbachev, com o mesmo propósito antissocialista.

O revisionismo contemporâneo atingiu também os países do Leste europeu. Em todos eles, o socialismo não chegara a adquirir raízes próprias. Depois da Segunda Guerra Mundial, com a ajuda soviética, estabeleceram regimes de democracia popular que ainda não eram socialistas. Com o Plano Marshall, que visava a atraí-los ao Ocidente, abreviou-se artificialmente a passagem desses países ao socialismo. Os novos dirigentes revisionistas da URSS converteram-nos em satélites, usando inclusive a força militar para subjugar-los.

Os resultados do domínio revisionista na URSS e no Leste europeu foram catastróficos. Crise profunda na vida econômica, política e social. Desemprego em massa, fome, miséria crescente, especulação mercantilista. Decadência moral e recrudescimento do chauvinismo. A URSS desintegrou-se.

No curso de 1990-19/91 o sistema revisionista implodiu. Os povos de diferentes países levantaram-se contra o regime e o governo revisionistas, tidos, porém, como socialistas. Atacaram os governantes e tudo o que se relacionava com a revolução e o comunismo. Instalaram governos abertamente anticomunistas.

Temos, portanto, dois balanços diferentes – o da época socialista e o da era revisionista. O primeiro, promissor, apesar das dificuldades que enfrentava; o segundo, degradante em toda a linha. Refletindo situações distintas, não podem ser confundidos na mesma designação de socialismo **real**. Um deles é efetivamente socialista, o outro, antissocialista.

### 3. A luta contra o revisionismo

Desde o início da década de 1960, o movimento revolucionário, no plano mundial, opôs-se firmemente à traição aos ideais comunistas. Desmascarou as posições contrarrevolucionárias da camarilha que se apossou da direção do PCUS e do Estado Socialista. Revelou a essência retrógrada da política adotada a partir do 20º Congresso do PCUS. Discordou das teses de Krushev e seus seguidores acerca da transição pacífica, da competição pacífica, da coexistência pacífica, do Estado de “todo o povo” e do Partido “de todo o povo”.

O Partido Comunista do Brasil, PCdoB, orgulha-se de ter tomado parte, desde a primeira hora, dessa batalha. Em 1963, já denunciava Krushev e seus parceiros como inimigos da revolução e do socialismo. A própria reorganização do Partido, em fevereiro de 1962, foi uma resposta contundente ao revisionismo contemporâneo. Tanto no plano interno como no externo, não vacilou no combate às proposições antimarxistas. Desenvolveu intensa luta ideológica e política contra as tendências adversárias do marxismo-leninismo.

Nessa luta, o PCdoB adotou posição crítica e autocrítica com referência ao seu passado. Em particular, quanto ao dogmatismo. Na VI Conferência, em 1966, assinalava: “Ao combater o revisionismo e demais tendências estranhas ao proletariado, o Partido deve erradicar de suas fileiras as concepções dogmáticas. Essas concepções influem, de longa data, no movimento operário brasileiro. Expressam-se, geralmente, na utilização inadequada das experiências de outros países, na cópia mecânica dos textos dos clássicos do marxismo, e na adoção de soluções decalcadas das que tiveram êxito em outros países, em condições diversas e em épocas diferentes.”

### 4. A derrota do socialismo

A batalha contra o revisionismo contemporâneo foi importante. Sobretudo quanto à revelação de que eram falsas e antimarxistas as teses de Krushev e de seus sucessores. Representa uma conquista do movimento comunista mundial.





Mas a crítica exclusivamente ao revisionismo mostrou-se insuficiente. Porque não explicava as causas da derrota do socialismo na URSS. Com a *débâcle* do Leste europeu e da União Soviética a situação se complicou mais ainda devido a que os males do revisionismo foram atribuídos ao comunismo.

Isso impõe aos revolucionários deter-se num exame mais acurado do período da construção do socialismo, pesquisar deficiências e erros que possam ter contribuído para o revés em 1956-1957, recolher experiências e ensinamentos que sirvam às lutas futuras.

Chama a atenção, desde logo, que a derrota do socialismo não se deu pelo enfrentamento direto com a burguesia. Esta tentou inúmeras vezes liquidar pela força o regime proletário. Particularmente com a agressão da Alemanha de Hitler. Nada conseguiu, fracassou sempre. O socialismo foi esmagado por corrente que atuava no seio do movimento revolucionário.

Essa circunstância nos remete a um dado histórico – o confronto ideológico entre duas concepções que acompanha todo o processo da luta pela revolução e pelo socialismo na velha Rússia e na União Soviética. Desde o começo do século, Lênin assinalava a existência da “ala revolucionária do Partido e a ala oportunista”. Em termos de classe, correspondiam ao proletariado e à pequena burguesia. Durante alguns anos, essas duas tendências conviveram no Partido. Ora predominava o leninismo, ora a corrente contrária. Bolchevismo e menchevismo são expressões das duas concepções: Em 1912, na Conferência de Praga, os mencheviques foram expulsos. Os bolcheviques criaram um partido independente – o Partido Operário Socialdemocrata da Rússia (bolchevique). Esse ato foi decisivo para levar a cabo a Revolução de Outubro. “Durante toda a Revolução de 1917” – escreveu Lênin – “os mencheviques e os esserristas não fizeram outra coisa que vacilar entre a burguesia e o proletariado, jamais puderam assumir uma posição correta, como se o fizessem para ilustrar deliberadamente as palavras de Marx, de que a pequena burguesia é incapaz de ter uma posição independente nas batalhas decisivas.” Com a vitória da Revolução, mencheviques e centristas reingressaram dissimuladamente na organização de vanguarda do proletariado, assim como milhares de

novos aderentes de insuficiente formação marxista. Prosseguiu o combate do leninismo contra as correntes pequeno-burguesas – no caso da dissolução da Constituinte, da paz de Brest, nos prazos da duração da NEP, da política de industrialização e na da coletivização da agricultura, da ofensiva para liquidar os kulaks como classe, da preparação do país para a guerra que se avizinhava. Nesses agudos conflitos predominou, em geral, o leninismo. Num largo período, devido à força da corrente revolucionária e por temor às repressões políticas, os oportunistas refluíram, mudaram de tática. Exageravam nos aplausos à orientação de Stálin, nem sempre inteiramente correta. Kruschew foi um dos maiores bajuladores de Stálin. Quando este morreu, em 1953, os oportunistas voltaram à carga, mesmo sem serem ainda tendência estruturada e com plataforma própria. E conseguiram o que poderosos exércitos da burguesia não tinham alcançado – destruir o socialismo científico na URSS. Em 1956-1957 venceu a contrarrevolução pequeno-burguesa, revisionista, que existia embuçada no Partido. E dividiu o movimento revolucionário mundial.

O confronto ideológico entre a corrente leninista, revolucionária, e a pequena burguesia, revisionista, tem raízes históricas. A pequena burguesia, que constitui vasta camada social, existe não somente no capitalismo, aparece igualmente no socialismo. Objetivamente, opõe-se ao projeto do proletariado de construir uma sociedade de trabalhadores, de indivíduos iguais em direitos, sem classes, uma comunidade livre de privilégios e de parasitas. Orienta-se no sentido de amainar a luta revolucionária do proletariado, cheia de imensas dificuldades e de grandes sacrifícios, dirigi-la pelo caminho das reformas de tipo burguês. Essa tendência pequeno-burguesa é revisionista por natureza, dado que o marxismo representa a teoria da luta de classes consequente cuja meta final é o comunismo. Suas ideias não são as mesmas do proletariado. O socialismo é a aspiração da classe operária, e não de outros setores sociais.

Marx e Engels sustentaram vigorosa luta contra as diversas doutrinas do socialismo pequeno-burguês. Propiciaram a base teórica para forjar a corrente proletário-revolucionária. Lênin dedi-



cou boa parte de sua vida e de sua obra a esse mesmo objetivo. Seus livros estão impregnados de viva polêmica com as tendências oportunistas, seja no campo da filosofia e da política, seja no da organização partidária. Somos continuadores dessa luta, que a experiência histórica demonstra ser de longa duração.

## 5. Insuficiências e erros

O confronto ideológico, em 1956-1957, favoreceu a corrente adversa ao leninismo. Isso explica **como** ocorreu a derrota do socialismo na URSS. Mas ainda não explica o **porquê** da derrota. Somos de opinião que deficiências e erros no curso da construção socialista possibilitaram esse desfecho negativo.

O PCUS mostrava-se ideologicamente enfraquecido. Criara-se um clima de autossatisfação e comodismo que vinha da vitória na Segunda Grande Guerra, do prestígio internacional da URSS, do respeito e veneração por Stálin. Tudo estaria bem. O socialismo consolidado, o “quem vence a quem” resolvido (!) a favor do socialismo, caminhava-se espontânea e gradualmente para o comunismo... Problemas conflitivos limitavam-se à área exterior.

É expressivo o testemunho de Enver Hoxha, que conviveu mais de perto com o PCUS, desde o fim do conflito mundial. Disse ele, em *Os Kruschevistas*: “Penso que no Partido Comunista da União Soviética, já antes da guerra, mas de modo particular depois desta, observavam-se sinais de uma apatia condenável. Esse Partido gozava de grande renome, tinha alcançado grandes êxitos em seu caminho. Porém, havia começado a perder seu espírito revolucionário, e o burocratismo e a rotina o estavam contaminando. As normas leninistas, os ensinamentos de Lênin e de Stálin haviam sido convertidos pelos **aparelhos** em fórmulas e **slogans** surrados e sem valor para a ação.” E ainda: “Pouco a pouco começaram a estender-se o arrivismo, o servilismo, o charlatanismo, o nepotismo mórbido, a moral antiproletária. Tudo isso corroía o Partido, sufocava o espírito de luta de classes e de sacrifícios e o empurrava à busca de uma vida tranquila, de privilégios, de vantagens pessoais, de pouco trabalho e menor esforço.”

Observações semelhantes, mas em âmbito limitado, fizeram também vários camaradas do nosso Partido que haviam estudado na União Soviética, observações transmitidas à direção do Partido na época.

Tudo isso mostra que o PCUS estava desarmado ideologicamente para defender as ideias revolucionárias. Já não respondia às normas leninistas de que o Partido deve submeter-se permanentemente a um processo de autoconstrução ideológica, crítico e autocrítico, superando dialeticamente o que envelhece e abrindo espaço ao novo, revolucionário.

Na União Soviética a teoria progredia insuficientemente, passava por uma fase de relativa estagnação. Surgiam variados problemas, decorrência do desenvolvimento objetivo da sociedade em construção. Escasseavam respostas teóricas a tais problemas, gerando ausência de perspectiva. Medravam, em certa medida, o subjetivismo, o empirismo, o dogmatismo.

É nossa convicção de que o ponto de partida da degenerescência do movimento socialista vem do 20º Congresso do PCUS, reforçado com o golpe de Estado de 1957, na URSS. Aí começa o processo de volta ao capitalismo que, entretanto, se apresentava como “desenvolvimento criador do marxismo-leninismo.” O centro da luta contra o socialismo situava-se no deliberado ataque a Stálin que, à frente do Partido e do Estado, dirigia a construção socialista até o seu falecimento em 1953.

Mas o estudo que temos feito sobre o assunto em pauta nos leva a afirmar que, mesmo na época de Stálin, apareciam já elementos de degenerescência na sociedade soviética. A situação da URSS e do Partido, à qual nos referimos, evidencia esse fato. Questões outras, relacionadas com o Estado e o Partido, reforçam essa opinião.

Em 1918, Lênin, num breve artigo, definiu os elementos essenciais do novo Estado Socialista: “A democracia do poder soviético e o seu caráter socialista” – disse ele – “expressam-se no fato de que: o poder supremo do Estado são os soviets, constituídos por representantes do povo trabalhador (operários, soldados e cam-



poneses) livremente eleitos e revocáveis em qualquer momento pelas massas até agora oprimidas pelo capital; os soviets locais se unem livremente, segundo os princípios do centralismo-democrático, no poder soviético nacional único, consolidado numa união federal da República Soviética Russa; os soviets concentram em suas mãos não só o poder legislativo e o controle do cumprimento das leis como também sua aplicação direta por meio de todos os membros dos soviets, com vistas a trasladar gradualmente o exercício das funções de legislação e administração do Estado a toda a população, sem exceção.”

Nessa concisa definição, Lênin destaca os aspectos principais do poder proletário: origem popular e democrática, afirmação da soberania popular, exercício do poder pelas amplas massas trabalhadoras que controlam o Estado, traslação progressiva ao não Estado. É um poder dinâmico, antiburocrático por excelência. Sua força reside na consciência política das massas, na participação voluntária dos trabalhadores nas tarefas estatais.

Esse o tipo de poder que se estabeleceu na União Soviética e perdurou durante largo período. Demonstrou ser instrumento qualificado de construção da nova sociedade. Mobilizou as energias do povo, revolveu a antiga apatia das massas com relação à política em geral. Fez progredir amplamente a iniciativa criadora da população laboriosa.

A pouco e pouco, o Estado sofreu algumas alterações no seu conteúdo democrático e popular. Ainda que mantendo seus propósitos de defesa dos interesses do proletariado e da Revolução, converteu-se num órgão burocrático, afastado das massas. O poder tornou-se demasiadamente centralizado. Os soviets, de maneira geral, tinham funções homologatórias, infringindo-se o princípio de que o centro decisório do Estado Socialista deve repousar nos órgãos da soberania popular. Substituía-se a atividade criativa das massas por métodos de aceitação formal das decisões adotadas na cúpula dirigente.

Além disso, realizavam-se, com ou sem justificação plausível, repressões políticas que atingiam setores populares. Violava-

-se a legalidade democrática, pretextando o acirramento da luta de classes, o que nem sempre correspondia à realidade política. Tais repressões criavam ambiente de temor que induzia à passividade e ao silêncio ante erros e defeitos existentes.

O Partido Comunista da União Soviética, força que dirigia politicamente o Estado e a sociedade, contribuiu decisivamente para as deformações apontadas. Assenhoreou-se do Estado. Monopolizou a vida da comunidade. O Estado Socialista é, porém, um sistema de aliança da classe operária com o campesinato, dirigido pelo proletariado. Tem seus mecanismos próprios de administração, que devem ser respeitados. Estado e Partido são coisas distintas, com funções definidas. Se não se estabelecem relações justas, o Partido acaba absorvendo a atividade independente do Estado. Cria-se um sistema fechado, ultracentralizado, nas mãos do Partido, que poderia ser bem-intencionado e até mesmo justificado em momentos agudos da luta de classes, mas inadmissível do ponto de vista dos princípios revolucionários. Quando isso acontece, e de fato aconteceu, além dos prejuízos políticos, tudo que sucede de ruim, de incorreto, recai sobre o Partido, isolando-o das massas. Também a sociedade não pode ser dirigida mecanicamente, impondo-se critérios rígidos a serem obedecidos por todos, nos menores detalhes. Assim procedendo, esmaga-se a iniciativa e a criatividade no seio da população, fomenta-se o descontentamento generalizado.

A direção do Partido quanto ao Estado e à sociedade, indispensável à construção do socialismo, apoia-se fundamentalmente na democracia socialista e nos métodos de persuasão. A hegemonia política da organização de vanguarda tem de ser conquistada permanentemente, tanto no campo social como na direção do Estado. É preciso convencer os trabalhadores da justeza da orientação partidária, jamais impor, como verdades irrefutáveis, as nossas opiniões.

O Partido tem de ser um defensor resolutivo da democracia socialista e da liberdade para o povo sem, contudo, cair no liberalismo burguês. Deve guiar as massas pelo caminho revolucionário da luta contra as ideias atrasadas, contra os inimigos do socialismo,



estimulando o que é novo e progressista. Não se pode desenvolver a sociedade, na fase de transição, sem o uso da democracia e da liberdade. Democracia socialista para incorporar grandes massas na atividade estatal, liberdade para combater a burocracia, os defeitos emergentes, a rotina conservadora.

As questões aqui abordadas criticamente, que refletem erros e deficiências na construção do socialismo na URSS, contribuíram para a derrota da força revolucionária, da corrente leninista, intérprete fiel da revolução proletária e do socialismo científico.

## **6. A direção de Stálin**

Stálin, como o principal dirigente do PCUS e teórico marxista-leninista, tem responsabilidade no desastre sucedido com o socialismo na URSS.

Não foi ele quem deixou cair a bandeira revolucionária. Enquanto dirigiu o Partido e o Estado, os ideais da Revolução de 1917 sempre estiveram em lugar de destaque. Sobre os seus ombros, depois da morte de Lênin, recaía boa parte da tarefa histórica de dirigir a construção da nova vida. Defendeu o leninismo. Sistematizou a contribuição inestimável do chefe da Revolução de Outubro ao enriquecimento da teoria de Marx e Engels. No cumprimento de suas tarefas, enfrentou inumeráveis dificuldades. Soube superar, sem vacilação, os condicionamentos históricos que, em vários casos, atropelavam a marcha normal da transição socialista. Estadista de larga visão, neutralizou inimigos poderosos, desbravando caminhos para alianças amplas e necessárias. Jamais permitiu o isolamento da URSS. Na Segunda Grande Guerra, concentrou as esperanças dos povos do mundo inteiro que aspiravam a esmagar o nazi-fascismo e a construir um mundo de liberdade e justiça social.

Por tudo isso, Stálin adquiriu enorme prestígio dentro e fora da União Soviética. Sua figura dominava o movimento revolucionário mundial.

É necessário reconhecer esse papel de Stálin. Não se faz História, ignorando fatos reais. Tanto mais que ele comandou com

êxito a construção do socialismo na URSS, primeira grande experiência de transformação radical da sociedade humana.

Mas Stálin revelou também deficiências, cometeu erros, alguns graves, equivocou-se em questões importantes da luta de classes. Particularmente no fim da vida, exagerou seu papel de dirigente máximo. Caiu no subjetivismo e, de certo modo, no voluntarismo. Permitiu o culto à sua personalidade que conduzia à subestimação do Partido enquanto organização de vanguarda.

As debilidades ideológicas do Partido no enfrentamento com os revisionistas, em 1956-1957 – toda a velha guarda bolchevique deixou-se envolver nas maquinações de Krushev –, demonstram que Stálin não deu atenção suficiente, em especial a partir da década de 1940, à formação leninista e à luta ideológica, problemas-chave da luta de classes. Criou o fetiche da direção que tudo sabe e tudo resolve, direção que se reduzia ao Birô Político, e, dentro do Birô, a ele próprio. Sem dúvida, a direção joga papel de primeiro plano. É verdade que sem uma direção firme e prestigiada, o Partido não cumpre a sua missão. Mas não pode prescindir, em suas decisões fundamentais, da opinião e da aprovação consciente do conjunto do Partido. Este deve estar sempre armado ideológica e politicamente para não se deixar confundir com opiniões e medidas que se desviam da rota revolucionária, tal como aconteceu nos idos da metade do século.

Em dezembro de 1926, Stálin combateu eficazmente a opinião de Zinoviev que, desvirtuando Lênin, identificava “a ditadura do proletariado com a ditadura do partido”. Se isso fosse verdade, dizia Stálin, então “o Partido teria que substituir o método da persuasão por ordens e ameaças ao proletariado, coisa absurda e incompatível em absoluto com a concepção marxista da ditadura do proletariado.” É uma opinião justa, leninista. Entretanto, mais tarde, com a burocratização do aparelho estatal e a excessiva centralização da atividade dirigente do Partido, Stálin concorreu para uma superposição do Partido ao Estado de tal modo que anulava, em boa parte, a atuação independente do Estado e de suas instituições.

A tese de Stálin de que quanto mais avança a construção do





socialismo, maior é o acirramento da luta de classes mostrou-se equivocada. Conduziu a repressões continuadas e possivelmente desnecessárias, com repercussão negativa na credibilidade do regime. Dificultou o fortalecimento da legalidade democrática e socialista, indispensável à consolidação do sistema de ditadura do proletariado. Como indicam as nossas teses ao 8º Congresso, “a luta de classes (...) tem altos e baixos. Seria errôneo pensar que, pouco a pouco, declina até desaparecer. Há momentos de aparente calma. Em outras ocasiões, a luta de classes se agrava, ameaçando o poder do proletariado. Isso se relaciona com as dificuldades inerentes à construção do socialismo, em momentos de maior tensão e, também, com a pressão ideológica, política e militar do imperialismo que, muitas vezes, assume feição extremamente agressiva.”.

A luta de classes, particularmente no terreno das ideias, não pode ser tratada de maneira rígida. Stálin acentuou principalmente o seu aspecto repressivo que, em certas ocasiões, é indispensável. Deu menor importância ao outro aspecto, ao essencial, que é o da argumentação, o da fundamentação política e teórica. Este, precisamente, é o aspecto que educa o Partido e isola os portadores de opiniões errôneas. Lênin, nesse sentido, foi um exemplo de firmeza e tolerância. Combateu todos os inimigos do socialismo com a arma da ideologia proletária, escreveu centenas de artigos refutando as ideias falsas, dizendo quem é quem. Demoliu, nesse combate, adversários empedernidos do marxismo e da luta revolucionária pelo comunismo.

Stálin deu contribuições valiosas no campo teórico, que merecem ser estudadas. Mas sua produção nesse terreno não acompanhou as exigências do desenvolvimento rápido da URSS. A sistematização da prática rica de ensinamentos da construção socialista não se fez. Stálin escreveu sobre linguística, sobre materialismo dialético e histórico, sobre problemas econômicos, repetindo corretamente as ideias marxistas, acerca da passagem ao comunismo em termos abstratos. Não pesquisou, porém, os fenômenos novos, não lhes deu tratamento científico. É como se bastassem as indicações de Marx, Engels, Lênin, que não viveram a edificação

socialista. Entretanto, o avanço da sociedade soviética, como tudo que progride, tinha de apresentar questões originais a serem examinadas à luz da ciência social. Não questões isoladas, aleatórias. Mas toda uma vasta soma de experiências que se devia traduzir em parâmetros mais altos do conhecimento. Lênin fez isso no campo da filosofia, com o *Materialismo e Empiriocriticismo*. No terreno da pesquisa científica, com o *Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*. Na esfera do socialismo, com a teorização da revolução num único país. E assim por diante. Stálin não esteve à altura da generalização da prática revolucionária. E por isso caiu, em certa medida, no subjetivismo, no empirismo, que se manifestaram na orientação do Partido. Em tais circunstâncias, a teoria revolucionária estagnou.

Apresentando, neste Informe, os defeitos que julgamos de maior peso na atividade de Stálin, como dirigente principal do Partido, é nosso propósito relacioná-los com os fatos subsequentes que motivaram a derrota do socialismo na URSS. Ele não é o responsável direto, imediato. Mas influiu, indiretamente, com suas posições equivocadas e com o estancamento teórico, no desfecho da contenda antissocialista.

A reação e os oportunistas atribuem a Stálin toda sorte de crimes. Falam de “modelo” stalinista, de “método” stalinista, de “concepção” stalinista, com o objetivo de desacreditar o regime soviético. Pregam o ódio ao socialismo e ao Partido na figura de Stálin, explorando aspectos parciais negativos de sua atuação revolucionária. Pretendem dividir os comunistas entre stalinistas e não stalinistas. Na verdade, a categoria **stalinismo** é forjada pelos inimigos de classe. O ataque ao **stalinismo** tem sido um artifício para manifestar oposição a certos conceitos básicos do socialismo, para introduzir ideias revisionistas. Fundamentalmente, esse ataque leva ao anticomunismo.

Rechaçamos a propaganda insidiosa da reação. Não somos stalinistas. Tampouco, somos antisstalinistas. Avaliamos a figura de Stálin no plano histórico. Ele esteve, juntamente com o Partido Bolchevique, à frente das grandes batalhas pela transformação radical do velho mundo capitalista. Nesses embales, a par dos mé-



ritos incontestáveis, mostrou falhas e deficiências, cometeu erros que prejudicaram a causa do proletariado.

## 7. A crise do socialismo

Desde há muito, em ligação com os acontecimentos que vimos examinando, instalou-se uma crise de certa profundidade no movimento marxista-leninista. Crise no campo da teoria, da filosofia, da própria concepção de socialismo. Não surge de um pretenso envelhecimento da doutrina marxista, como dizem os reacionários, mas do descompasso da ciência social com a realidade em constante mutação. Oriunda do PCUS, partido respeitado e admirado pelos combatentes de vanguarda de todo o mundo, espalhou-se amplamente e gerou situação caótica nas fileiras comunistas.

Dispersão teórica e vacilações de toda ordem constituem traços marcantes da situação atual. Contesta-se a luta de classes como a força motriz do desenvolvimento da sociedade dividida em classes antagônicas e o próprio papel da classe operária na direção do movimento revolucionário. Questiona-se a ditadura do proletariado que seria incompatível com um regime de liberdade e justiça social. Coloca-se em dúvida a possibilidade de construir o socialismo em países atrasados. Nega-se ao Partido Comunista o papel de vanguarda, de dirigente da revolução e da construção socialista. Julga-se incorreto o método do centralismo-democrático. Absolutiza-se o pluripartidarismo no socialismo. A teoria de Marx e Engels seria aplicável somente à fase anterior do capitalismo, não corresponderia à época atual de um capitalismo ultradesenvolvido com a revolução tecno-científica. O leninismo estaria impregnado de blanquismo, de radicalismos desnecessários. A própria filosofia marxista teria exagerado o aspecto dialético, o salto revolucionário, alheando-se da evolução que seria o principal fator de desenvolvimento da sociedade. Enfim, permeiam o movimento socialista mundiais teses as mais variadas que constituem, em geral, a negação de princípios essenciais da doutrina marxista, a revisão dos fundamentos dessa doutrina.

Essa crise grave, que dura longo tempo, exacerbou-se com

o sucedido no Leste europeu e na União Soviética. A campanha anticomunista mundial, em nível jamais conhecido, estimula as tendências contrarrevolucionárias.

A crise instalada no socialismo corrói a luta do povo por um futuro melhor, enfraquece o impulso combativo dos trabalhadores, incentiva o culto à espontaneidade. É um sério obstáculo ao progresso social. Atingindo em cheio a teoria de vanguarda, priva o movimento de massas do fator consciente, que é o motor da ação consequente. “Sem teoria revolucionária”, disse Lênin, “não há movimento revolucionário”.

A superação dessa crise é questão decisiva para a retomada da ofensiva contra o capitalismo em decomposição. No início do século, verificou-se também algo semelhante. Lênin convocou ao combate. “Não há nada mais importante” – afirmou – “do que o agrupamento compacto de todos os marxistas que compreendem a profundidade da crise (do marxismo) e a necessidade de lutar contra ela, para manter os fundamentos teóricos do marxismo e suas teses fundamentais, desfiguradas, por todos os lados, mediante a difusão da influência burguesa entre os diversos ‘companheiros de viagem’ do marxismo.”.

Essa convocação de Lênin é oportuna para os dias de hoje, e com mais razão, dada a envergadura da crise. Torna-se necessário cerrar fileiras em defesa dos fundamentos do marxismo atacado pelos revisionistas e pelos oportunistas de todo tipo, com a ajuda da reação mundial.

Lamentavelmente, ainda é débil a luta contra a crise do marxismo, que apresenta maior complexidade por envolver o socialismo no poder e abarcar o conjunto do movimento revolucionário. Boa parte dos partidos operários aderiu ao revisionismo. Somente nestes últimos tempos, alguns deles começam a reagir à falsa orientação liderada pelo extinto PCUS. As organizações marxista-leninistas concentraram seus esforços na crítica ao revisionismo contemporâneo, dispensando pouca atenção, no plano teórico, às deformações verificadas na construção do socialismo.

Mas é deficiente a crítica apenas ao revisionismo. Não se



poderá vencer a crise sem desenvolver a teoria, o que significa atualizar o marxismo que “não é um dogma morto, uma doutrina acabada, preparada, imutável” (Lênin). São muitos os problemas a enfrentar, entre os quais a elaboração da experiência adquirida nestes muitos anos de luta de classes e de vigência do socialismo, a sistematização dos elementos novos que serão incorporados à teoria do marxismo-leninismo.

É tarefa árdua que requer esforço persistente de pesquisa e elaboração científica, alicerçada no materialismo dialético e histórico. Devemos preparar-nos, os revolucionários de todo o mundo, para cumpri-la no mais breve prazo. Engels recomendava “sobretudo aos chefes, instruir-se cada vez mais em todas as questões teóricas (...) e ter sempre presente que o socialismo, desde que se tornou ciência, exige que se o trate como tal, isto é, que se o estude.”.

O combate pela superação da crise do marxismo é a grande tarefa histórica da atualidade, ligado, sem dúvida, à conscientização das massas e à ação política em defesa dos direitos democráticos e dos interesses vitais dos trabalhadores e do povo.

## **8. Reafirmação de princípios**

No momento em que a reação faz intensa campanha contra o comunismo, e quando os oportunistas põem em dúvida princípios básicos da nossa teoria, tentando abalar convicções na inevitabilidade do fim do capitalismo e do triunfo do socialismo, cabe aos revolucionários persistir na luta em defesa da grande doutrina de Marx, Engels, Lênin, que indica o caminho seguro da vitória.

Nós, do Partido Comunista do Brasil, reafirmamos neste 8º Congresso do Partido, a decisão de continuarmos partidários inabaláveis da teoria do marxismo-leninismo, cuja essência está no seu espírito crítico e revolucionário, teoria em constante elaboração, assimilando os fenômenos novos do desenvolvimento da vida econômica, política, social e cultural. Opomo-nos resolutamente às tendências que, desde Bernstein, tratam de rever o marxismo, retirando-lhe o conteúdo revolucionário e desfigurando o caráter proletário-revolucionário do Partido.

Persistimos na ideia de que a luta de classes é a força motriz do desenvolvimento das sociedades divididas em classes antagônicas. E que a classe operária, pela posição que ocupa no sistema de produção, é o destacamento social que comanda as transformações radicais da sociedade rumo ao comunismo.

Contrapomo-nos àqueles que adulteram a conceituação marxista do caráter de classe da luta pelo socialismo e tentam impingir fórmulas socialdemocratas falidas da passagem ao socialismo sem revolução e sem a direção do proletariado. A “via democrática” para o socialismo representa subordinar-se às regras do jogo do sistema burguês e manter-se nos marcos do capitalismo.

Mantemos a opinião de que a ditadura do proletariado é o conteúdo essencial do Estado Socialista que nasce da revolução e conduz, através de um processo de transição, à sociedade sem classes, ao comunismo. Ditadura de uma classe e não ditadura de um indivíduo ou de pequeno grupo, que condenamos. Todo Estado é uma ditadura de classes e quando deixar de sê-lo já não mais será Estado propriamente dito.

Propugnando a mudança radical na sociedade, asseveramos que o socialismo apresentará diversidade de formas e diferentes estágios de desenvolvimento, segundo a realidade existente nos países onde triunfe a revolução. Não valem cópias mecânicas e modelos rígidos de socialismo, nem mesmo quanto aos órgãos constitutivos do poder proletário ou aos sistemas de alianças. O socialismo vencerá em países bastante desenvolvidos, e triunfará também nos de pouco desenvolvimento. As diferenças de condições econômicas e sociais determinam desigualdades na realização concreta da construção da nova vida, anticapitalista.

Sustentamos a ideia de que o Partido Comunista, marxista-leninista, é a vanguarda dirigente da Revolução e do Estado Socialista. Sem um partido revolucionário em luta constante contra as tendências adversas ao marxismo, capaz de ultrapassar todos os obstáculos à realização de seus objetivos estratégicos e táticos, é impossível vencer a burguesia, libertar os explorados e oprimidos, firmar os alicerces da sociedade comunista. O Partido deve



ser a expressão da unidade de vontade e de ação dos seus militantes, como base da unidade maior das forças que combatem a burguesia e aspiram ao progresso social. Repudiamos as tendências oportunistas de tentar implantar no Partido o democratismo pequeno-burguês, a convivência pacífica de ideias marxistas com ideias socialdemocratas, liberais ou anarquistas no interior das organizações partidárias. O marxismo-leninismo, ideologia da classe operária, é a ideologia do partido operário.

Insistimos na defesa do centralismo-democrático que é o método marxista de organização do Partido. O socialismo é um sistema centralizado democraticamente, tendo por base as massas trabalhadoras. Contrasta com a dispersão pequeno-burguesa que impede a direção única e planificada da economia e o desenvolvimento harmonioso da comunidade. Também o Partido é dirigido por um centro único, eleito democraticamente em seus Congressos. Centros paralelos de direção, exprimindo tendências diversas, liquidam a unidade partidária e o próprio Partido.

Ao reafirmar posições de princípios, rejeitamos o dogmatismo, que é o oposto da doutrina sempre viva e criadora do marxismo-leninismo. Repudiamos também a estreiteza sectária que fossiliza o Partido. Os princípios são os alicerces sólidos sobre os quais se constrói a concepção proletária do mundo, revolucionária por excelência. Fundam-se na ciência social de Marx e Engels, desenvolvida por Lênin e seus discípulos.

## **9. Internacionalismo proletário**

Camaradas delegados,

Encerrando esta parte da exposição sobre o socialismo, desejamos salientar a necessidade de buscar novas formas de relacionamento no movimento revolucionário internacional, tendo em vista sua futura unificação. É uma afirmação de internacionalismo proletário.

Com a dominação do revisionismo contemporâneo na URSS, ocorreu, a partir do início dos anos 1960, profunda divisão daquele

movimento. A grande maioria dos partidos comunistas apoiou o PCUS e sua orientação geral. Outra parte levantou-se contra as posições políticas e ideológicas dos dirigentes soviéticos. Surgiram inúmeros partidos, relativamente pequenos, que se proclamaram marxista-leninistas. O PCdoB, fundado em 1922 e reorganizado em 1962, é um partido que, no curso de sua atividade nas últimas três décadas, transformou-se no único partido da esquerda revolucionária no Brasil.

À divisão seguiu-se a ruptura de relações entre as duas partes – os que apoiavam o PCUS e os que a ele se opunham –, em certa medida inevitável, devido ao antagonismo de posições. Essa divisão, que dura largo tempo, enfraqueceu bastante o movimento operário revolucionário mundial que, com a III Internacional, havia alcançado elevado nível de unidade. O 7º Congresso da IC, em 1935, foi um ponto alto, contribuindo para a unificação da luta mundial dos trabalhadores e dos povos contra a grave ameaça do nazi-fascismo, em defesa da revolução e das grandes conquistas de 1917.

A derrota do revisionismo na União Soviética e no Leste europeu, por incrível que pareça, favorece o acercamento entre as correntes que se pretendem partidárias do socialismo científico. Vários partidos, antes ligados ao PCUS, procedem a um exame crítico do que se passou na URSS e no movimento comunista. Na própria União Soviética há esforços por reconstruir as forças fiéis ao marxismo-leninismo.

É preciso reestruturar a unidade, especialmente quando há um ataque concentrado do inimigo de classe em plano mundial. Acreditamos não ter chegado ainda o momento de criar organismos internacionais ou mesmo de realizar reuniões deliberativas ampliadas. As divergências, em distintos graus, continuam existindo, estão longe de ser superadas. Mas é possível fazer encontros bilaterais e mesmo reuniões informais para intercambiar opiniões e aproximar os pontos de vista sobre problemas comuns.

O Partido Comunista do Brasil, sem renunciar às posições de princípios que vem sustentando desde a sua reorganização, em





1962, fará tudo o que possa para melhorar as relações entre os partidos e organizações revolucionárias, particularmente na América Latina, visando a fortalecer o internacionalismo proletário. Nesse sentido, intensificará a luta contra a ofensiva anticomunista, em defesa da liberdade, da soberania nacional, do socialismo científico. Manifestará solidariedade e dará todo apoio possível às lutas dos trabalhadores e dos povos por sua libertação.

## IV O Partido

Camaradas delegados,

Nesta parte final do Informe do Comitê Central, abordaremos sucintamente as questões relativas ao Partido.

Passamos por duras provas sobre a vitalidade do partido da classe operária. Saímos relativamente bem. O PCdoB suportou firmemente o vendaval do anticomunismo exacerbado com a derrocada final do socialismo na URSS e em vários países. Quando outras organizações que se diziam de esquerda abandonaram o caminho da luta por transformações profundas na sociedade brasileira e se convertiam em socialdemocratas envergonhados ou mesmo em liberal-burgueses, o nosso Partido, o PCdoB, não vacilou em reafirmar suas convicções revolucionárias e defender os princípios imperecíveis da doutrina de Marx, Engels, Lênin.

Mantivemo-nos em nosso posto de combate nas linhas avançadas da luta de classes. Não é a primeira batalha que enfrentamos no campo da ideologia e da política. Desde a reorganização do Partido, em 1962, muitas lutas desse gênero tiveram lugar. Esta, no entanto, alcançou dimensões maiores e significação histórica. Não recusamos o debate aberto das questões controvertíveis. Convocamos o 8º Congresso do Partido e ampliamos o cenário da discussão.

## 1. Balanço positivo

É positivo o balanço da atividade do Partido, desde o 7º Congresso. A linha política mostrou-se correta e não se cometeram erros graves na sua aplicação. Soubemos responder a tempo aos problemas políticos que se apresentaram. O prestígio e a influência do nosso Partido têm crescido. É hoje uma organização respeitada e considerada por amplos círculos políticos do país. A nossa representação parlamentar, em diferentes níveis, aumentou. Mantivemos a bancada federal de cinco deputados. Elegemos nove deputados estaduais. Na legislatura anterior tínhamos apenas quatro. Cresceu razoavelmente o número de vereadores.

Nas frentes de massas obtivemos sucessos. Melhoramos significativamente nossa inserção no movimento sindical. Ajudamos a estruturar a Corrente Sindical Classista que, presentemente, desenvolve atividade unitária nas direções regionais e nacional da CUT. Ganhamos influência em importantes sindicatos. No movimento estudantil voltamos a dirigir a União Nacional dos Estudantes (UNE) e mantivemos a direção da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). O Partido está presente na direção de muitos Diretórios Centrais, Diretórios Acadêmicos, Grêmios das escolas de nível médio. Temos também participação em âmbito regional e nacional na direção da Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM). Auxiliamos a desenvolver a União Brasileira de Mulheres (UBM) que realizou, ano passado, concorrido Congresso, bem como o Movimento dos Negros, cujo 1º Encontro Nacional alcançou êxito. A União da Juventude Socialista (UJS), sob a direção do Partido, empenha-se em se manter ativa na organização e mobilização da juventude. O PCdoB tomou parte decisiva nas lutas que se realizaram no país. Foi um dos principais dirigentes da Frente Brasil Popular na grande campanha eleitoral de 1989. Teve atuação destacada nas greves que mobilizaram, em 1991, milhões de trabalhadores. Atuou na defesa das massas camponesas, particularmente em Rio Maria onde foram perseguidos e assassinados vários comunistas. Em atos de massas, condenou a guerra dos Estados Unidos contra o Iraque, e apoiou o povo palestino.



Chegamos ao 8º Congresso com o Partido consolidado em nível nacional. Em todos os estados da Federação e no Distrito Federal há Diretórios Regionais do PCdoB. Funcionam também Comitês ou Comissões dirigentes em cerca de mil e cem municípios. Em diversos estados, como Rio Grande do Sul, Amazonas, São Paulo e Pará, o Partido obteve vitórias expressivas. Centenas de novos quadros se revelaram aptos a exercer funções dirigentes.

Regularizou-se a periodicidade da *PRINCÍPIOS*, revista teórica e política do Partido que tem contribuído grandemente para divulgar nossas ideias e estimular o debate teórico. Circula também regularmente a revista dedicada às mulheres. E, com tiragem irregular, a revista sindical. *A Classe Operária*, órgão central do Partido, circulou quinzenalmente, com deficiências.

Vale salientar o trabalho de formação desempenhado pela Escola Nacional do Partido. Desde sua instalação, já passaram por cursos de diferentes níveis mais de dois mil comunistas. Em 1991, realizou-se um curso especial de estudo da filosofia, da economia política e da teoria do Partido do qual participaram 160 camaradas.

Avaliado criteriosamente, o balanço representa uma conquista da atividade do Partido, sobretudo se se tem em conta o período transcorrido de intensa campanha anticomunista.

## 2. Debilidades

Nem tudo se passa, porém, como seria de desejar. Há também na atividade partidária debilidades e insuficiências reveladas nas direções, em todos os níveis, a começar pelo Comitê Central, e igualmente na militância.

A execução das decisões adotadas, em muitos casos, não se realiza com a eficiência necessária. O trabalho de massas do Partido ressenete-se de maior apoio nas bases. Organicamente, somos débeis nas grandes empresas industriais. Observam-se elementos de burocratismo em órgãos dirigentes, que se manifestam num trabalho fechado, voltado para a própria direção, desligado do conjunto do Partido. Desse modo, a direção separa-se da militância,

não comanda o Partido. Decorre daí, possivelmente, certa queda na atividade dos militantes em diversos setores. Em relação à imprensa partidária, precisamos nos mobilizar melhor a fim de superar as debilidades de *A Classe Operária*.

Há ainda pouco esforço visando a recrutar novos aderentes, e principalmente para organizá-los. É como se bastasse o que já temos. Nisso se reflete, às vezes, o receio de aumentar a carga de trabalho da direção que, por seu turno, denota incompreensão da necessidade do ajustamento constante desse trabalho às exigências do crescimento das nossas fileiras. O Partido no Rio Grande do Sul deu um bom exemplo de como tirar proveito duma situação política favorável. Após os bons resultados das eleições de 1990, empenhou-se em construir o PCdoB em todo o estado. Precisamente por isso, a bancada do Rio Grande do Sul neste Congresso é a maior de todas. No entanto, no Rio de Janeiro e em Pernambuco, onde ocorreram situações eleitorais semelhantes às do Rio Grande, não houve progressos, em certo sentido tivemos recuos. Insiste-se em métodos de direção rotineiros, quando é indispensável buscar formas novas de atuação dirigente.

É justo afirmar que o Partido somente funciona bem quando tem dirigentes e militantes dedicados ao trabalho partidário. Se não há dedicação, empenho em progredir, tudo corre frouxo, sem controle, sem comando. Decerto, a abnegação depende da consciência e da perspectiva revolucionárias. Nunca devemos esquecer que o alimento que revitaliza a nossa atividade comunista são as discussões políticas e ideológicas bem organizadas, o esforço pessoal para assimilar mais e mais a teoria marxista-leninista, e estreitar a ligação com as massas.

### 3. Os debates do congresso

Consideramos êxito notável o debate em tomo das Teses que precederam o 8º Congresso. Durante vários meses realizaram-se palestras, conferências, seminários em todo o país para discutir democraticamente os temas da atualidade. Inovamos, ampliando o debate com a participação de pessoas de destaque de outras cor-



rentes políticas. O resultado foi positivo. Editamos a TRIBUNA DE DEBATES que publicou centenas de artigos de militantes e dirigentes. Essa publicação possibilitou a explicitação de opiniões pessoais, como estimulou a polêmica acerca de questões controversas. A revista *PRINCÍPIOS* divulgou uma série de artigos teóricos sobre os assuntos em foco.

Os debates enriquecem a compreensão do conjunto do Partido. Despertam as fileiras partidárias para o exame de problemas complexos da construção do socialismo e para a teoria e a prática do movimento revolucionário. Bom número de camaradas discute com profundidade a crise que se instalou no socialismo. Especula no bom sentido, procurando alargar a área do conhecimento e dar uma visão mais abrangente dos fenômenos surgidos. Há contribuições valiosas no campo da ciência social a serem devidamente apreciadas. Destacam-se, igualmente, observações críticas de defeitos no trabalho do Partido, de incorreta aplicação de princípios justos. Adverte-se para a necessidade de atualizar normas de procedimentos partidários, sem se afastar dos princípios. Tudo isso constitui o saldo positivo dos debates. Há também opiniões equivocadas, incorretas, segundo nosso ponto de vista. Absolutização de erros, tendência a condenar tudo, ataques insinuados ao Partido, ao Estado proletário, ao socialismo científico.

O debate reflete inevitavelmente a luta de classes no terreno das ideias. Aqui também, sem o exagerar, manifesta-se o choque de opiniões entre a corrente leninista, proletário-revolucionária, e a tendência pequeno-burguesa, oportunista, ainda que não caracterizado formalmente. Nem toda opinião equivocada, ou parcialmente equivocada, corresponde a essa classificação. Em certos casos, retrata limitação teórica e ideológica ou dificuldades de compreender o alcance das mudanças verificadas. Mas existem opiniões de natureza oportunista, antileninista, embora seus autores possam não ter disso consciência. Negam, de fato, o centralismo democrático, sempre alcunhado de centralismo burocrático. Opõem-se ao centro único de direção. Rejeitam o caráter de vanguarda do Partido. Defendem a convivência pacífica, no âmbito partidário, de ideias marxista-leninistas com ideias socialdemocratas, liberais e

anarquistas. Chamam a isso democracia interna, quando na realidade se trata de democratismo pequeno-burguês.

É dever dos comunistas combater tais opiniões errôneas com argumentação segura. O Partido que somos e queremos ser é diferente das organizações reformistas burguesas ou pequeno-burguesas. Somos um partido de classe e de feição revolucionário-proletária, representamos a vanguarda da classe operária. Sem unidade de vontade e de ação, sem centro único de direção, sem centralismo democrático, sem o predomínio absoluto da ideologia marxista-leninista nas fileiras partidárias, não cumpriremos o nosso papel, não alcançaremos os nossos objetivos essenciais. É uma lei, fundamentada por Lênin, da construção partidária. A experiência histórica mostrou que somente um Partido desse tipo, do tipo leninista, foi capaz de fazer a revolução socialista e desenvolver a construção do socialismo. Os partidos que se afastaram desses princípios e adotaram o liberalismo converteram-se em organizações democrático-burguesas, degeneraram.

Certamente, o partido revolucionário, inovador, promove permanentemente a crítica e a autocrítica, aplica a democracia interna, desenvolve o espírito criador, permite organizadamente o confronto de ideias, como acabamos de fazer. Onde há erros deve-se corrigi-los à luz do marxismo-leninismo. O Partido é um organismo vivo e democrático (não à moda burguesa), unido e combativo. Suas direções, eleitas pelas bases, precisam ser prestigiadas se cumprem bem os seus deveres. Tudo isso se realiza baseado na concepção de luta revolucionária que defendemos, nos princípios que adotamos. Não há lugar para ecletismo que, no fundo, é a conciliação de classes. Estamos plenamente seguros de que a grande maioria do Partido assim pensa, e assim quer que seja o invencível Partido Comunista do Brasil. Partido avançado, amplo e progressista, mas de caráter proletário-revolucionário.

Camaradas delegados,

Somos orgulhosos do Partido que temos, cuja existência custou muitos anos de luta e sacrifícios de milhares e milhares de combatentes resolutos. Temos na lembrança eternamente os nomes



dos que deram tudo ao Partido, a própria vida, para que ele sobrevivesse e viesse a cumprir sua missão histórica. A lista é grande. Permitam-se destacar alguns deles, mais próximos do tempo em que vivemos: Maurício Grabois, Ângelo Arroyo, Lincoln Oest, Carlos Danielli, Pedro Pomar, Luís Ghilhardini, Lincoln Bicalho, Batista Drummond, Paulo Fontelles, João Canuto, a legião heroica dos Guerrilheiros do Araguaia. A todos eles, a nossa infinita gratidão por tudo o que fizeram pelo Partido, pelo exemplo que deram, de coragem, abnegação e vontade de luta em prol da emancipação da classe operária e do nosso povo. No momento em que levantamos mais alto o estandarte do socialismo e do Partido marxista-leninista, eles estão presentes, inspirando-nos com a confiança que sempre tiveram na vitória da revolução.

Camaradas delegados, Nos embates que se estão travando, no Brasil e no mundo, em defesa do socialismo e da revolução proletária, nosso Partido amadureceu mais. A realização do 8º Congresso correspondeu à expectativa que tínhamos dele. Não foi para nós um torneio de verbalismo, falta de sentido construtivo. Enfrentamos os desafios históricos da nossa época e alcançamos uma visão melhor elaborada do socialismo. Obtivemos avanços no campo teórico. Isso nos dá uma perspectiva nova, e maior disposição de luta. Temos consciência de que muito ainda se deve fazer para chegar a conclusões definitivas. Passo a passo, o movimento revolucionário mundial saberá encontrar os meios para desenvolver a doutrina do marxismo-leninismo e tornar mais próxima a vitória internacional definitiva do socialismo científico.

Com a bandeira desfraldada da luta pelo socialismo em nossa pátria, o Partido Comunista do Brasil vai adiante em busca do triunfo de suas ideias revolucionárias!

## **Socialismo: tarefa que se impõe\***

**Rogério Lustosa**

Camaradas dos partidos estrangeiros, camaradas delegados do PCdoB:

O Brasil necessita passar ao socialismo; o PCdoB luta, desde já, pela vigência do socialismo científico em nossa pátria. Essa a principal conclusão do Informe Político apresentado pelo Comitê Central ao 8º Congresso do Partido. Difundir e discutir essa orientação com o povo brasileiro, dedicar-se a transformá-la em ação prática é o que norteará a atuação dos comunistas a partir daqui.

O Partido avançou nesse assunto, que não é novo, impulsionado pelo impacto dos acontecimentos recentes no movimento operário e comunista mundial, e em particular pelo acúmulo de ideias produzido nas discussões do Congresso. A onda contrarrevolucionária forçou uma análise mais aprofundada das experiências socialistas, o que permitiu elevar nossa compreensão sobre as etapas na edificação do novo regime. E, com isso, superar a visão até certo ponto linear que nos guiava e entender melhor os processos da revolução em nosso próprio país.

\* Intervenção especial





Passamos a ver de modo autocrítico as formulações estratégicas até agora adotadas. O PCdoB tem se orientado de forma conseqüente no combate à exploração capitalista e indicado o rumo socialista. Mas a caracterização geral das etapas da revolução era marcada por certo esquematismo, que resultava, na prática, em separar mecanicamente duas revoluções. Entre os objetivos da nossa atividade e o socialismo colocávamos uma muralha que, teoricamente, dizíamos não existir. O Informe Político representa um salto de qualidade em nosso pensamento sobre o assunto.

### **A questão do poder**

Em 1962, o Manifesto Programa apontava a necessidade de um novo regime. Mas só desenvolvia as tarefas nacionais e democráticas. O socialismo ficava para depois de superadas essas questões.

Em 1983, o 6º Congresso reconhece a “penetração em larga escala do capitalismo no campo” e indica o entrelaçamento das tarefas nacionais e democráticas com as tarefas socialistas. O 7º Congresso, em 1988, avança nas análises. Considera que “a causa fundamental da crise generalizada que se abate sobre o país encontra-se na sua estrutura econômico-social, atrasada e dependente”, que “reflete-se na superestrutura política”. Adverte ainda que “o Brasil se encontra numa encruzilhada histórica: ou rompe radicalmente com o atual estado de coisas (...) ou afunda-se no pântano da decadência e da submissão.” Indica que a antiga burguesia nacional se transformou, em boa parte, em grande burguesia. E que a grande burguesia forma, com o imperialismo e o latifúndio, a base que sustenta e mantém a estrutura dependente e reacionária. Na argumentação do programa, conclui inclusive que o progresso “não será obtido nos marcos do regime capitalista por governos da burguesia.”

Mas, na elaboração do programa e da estratégia, as reivindicações democráticas não satisfeitas, e as deformações provocadas pela dependência ao capital estrangeiro, aparecem ainda como objetivos intermediários anteriores ao socialismo. Essas heranças da revolução burguesa e as distorções na estrutura do país não

representam propriamente empecilhos ao curso socialista da revolução. Terão, isto sim, que ser tratadas e resolvidas no processo da construção do novo regime socialista. Os programas de 1983 e 1988 continuavam presos à concepção de uma primeira etapa, anterior ao socialismo, que permanecia como formulação geral e distante.

O modo como encarávamos a estratégia não nos permitia equacionar corretamente a questão do poder. Não se trata somente de conquistar governos progressistas, mas sobretudo de chegar a uma nova composição do poder estatal, principalmente proletário, em aliança com amplos setores populares.

A revolução burguesa foi realizada no Brasil – apesar das vacilações que sempre caracterizaram a burguesia. Embora fosse empurrada pelas contradições do próprio capitalismo, e pela pressão popular, a ir adiante, essa classe corria a cada instante para os braços do latifúndio e do imperialismo, conciliando-se com as sobrevivências do passado, temerosa com os desdobramentos da luta de classes.

## Como abordar

O capitalismo penetrou no campo por uma forma semelhante à do chamado caminho prussiano, com o aburguesamento do latifúndio, e não pela ruptura com o velho modo de produção. A indústria cresceu sob o tacão do capital estrangeiro e com pequena capacidade de desenvolver uma tecnologia própria, independente. Esse caminho tortuoso deformou e colocou entraves ao desenvolvimento, manteve o monopólio da grande propriedade territorial, que só em casos raros produz apoiada em tecnologia e métodos avançados. O resultado é uma estrutura econômica incapaz de assegurar a autonomia do país e um mínimo de bem-estar aos brasileiros. Estrutura que faz conviver centros de produção com tecnologia altamente sofisticada, e regiões extremamente atrasadas; que coloca lado a lado grandes fortunas, multiplicadas pelo ganho fácil, nas mãos de uma seleta oligarquia, e enormes contingentes de pobreza e miséria. Estrutura responsável pela crise que ator-



menta os brasileiros de forma permanente. E que, hoje, combina estagnação, e mesmo recessão, com índices elevados de inflação.

Essas mazelas representam obstáculos difíceis de vencer. Mas não poderão ser superadas nos marcos do próprio capitalismo. O Brasil é um país capitalista, dependente e com um desenvolvimento médio. A classe no poder é a burguesia. As deformações estruturais criadas pela incapacidade de os donos do poder realizarem seus próprios projetos, pela ação do imperialismo e do latifúndio retrógrado, determinam particularidades das etapas da construção do socialismo no país e influenciam **como abordar** a revolução, mas não caracterizam uma etapa separada do socialismo.

### **Poder proletário**

Verificamos, agora, que nosso pensamento estratégico não se libertara totalmente do mecanicismo. A ideia de colocar na ordem do dia o poder socialista era travada pelo receio de que, automaticamente, isso reduzisse o campo das alianças. Da mesma forma temia-se que o reconhecimento do caráter socialista da revolução implicasse saltar problemas imediatos colocados pela vida, e perseguir, de forma linear, objetivos que só o amadurecimento do socialismo colocaria.

Defender a soberania, criar bases de uma economia nacional independente, reorganizar e reorientar a produção industrial e agrícola, perseguir a afirmação dos fundamentos da nação brasileira, lutar por democracia para o povo são questões que fazem “parte inseparável da ação consequente pelo novo regime”, como assinala o documento apresentado pelo Comitê Central.

As questões nacionais, como indica o Informe, adquirem enorme importância na atualidade. O desenvolvimento do imperialismo conduziu a uma ofensiva em toda a linha para liquidar as fronteiras e os Estados nacionais, visando a transformar o mundo num quintal dominado por um só senhor, ou poucos senhores. Com isso, é previsível que se multipliquem os conflitos com setores burgueses nacionalistas. Tais contradições, entre os dominantes, constituem uma reserva indireta que pode e deve ser aproveitada pelo proletariado.

O Informe é categórico: “Lutando pelo socialismo, avessos à estreiteza sectária, devemos buscar, no campo político, caminhos concretos que nos conduzam ao novo regime. Não se pode ir em linha reta ao poder socialista”.

O regime a ser alcançado é o socialismo e, “desde já”, lutamos por sua vigência. O “entrelaçamento” das tarefas adquire, com essa compreensão, um novo conteúdo. As conquistas por concluir, de caráter democrático e nacional, fazem parte da revolução socialista. A abordagem de tais questões será dirigida por um programa socialista.

O novo poder terá como base o proletariado. Entretanto, como afirma o Informe, “há que encontrar aliados permanentes ou ocasionais a cada momento que, nos embates políticos, ajudem a impulsionar o avanço do movimento emancipador.”

O socialismo não avança de modo uniforme e retilíneo. Passará por muitas etapas. A estratégia e a tática sofrerão alterações visando a isolar e golpear os inimigos, conquistar o máximo de aliados e neutralizar ou colocar momentaneamente ao nosso lado forças intermediárias.

Para romper com os grilhões das classes dominantes, os trabalhadores não podem orientar-se por diretrizes sectárias e se isolar. Em cada momento, não podem perder a oportunidade de aglutinar correntes interessadas em derrotar o regime reacionário vigente. A luta pelo socialismo não se coaduna com esquematismos e estreiteza na política.

Nos primeiros passos da revolução, o proletariado terá que selecionar seus alvos políticos e econômicos. Não há por que atacar em todas as direções de uma só vez. Não se pode liquidar de pronto com todas as tarefas e sanar as marcas do atraso econômico num passe de mágica. Não há como vencer de um só golpe todos os inimigos do progresso. O poder socialista terá, para se implantar em nosso país e desmontar a máquina estatal burguesa, de contar com sólidas alianças com os camponeses e com amplas camadas populares. Em questões concretas terá também que encontrar pontos de contato com camadas sociais médias, atingidas



pelas chagas do capital. Não se chegará, de forma automática, ao Estado operário.

## **Construir o partido**

As transformações não se fazem apenas por saltos. As alterações de qualidade e as rupturas com as velhas estruturas processam-se combinadas com mudanças de quantidade. Ao combater a visão reformista, que se limita a modificações graduais, não podemos absolutizar os saltos, imaginar que da noite para o dia se passe do capitalismo ao socialismo avançado.

Não se deve menosprezar certas reformas necessárias, conduzidas pelo poder revolucionário. Embora a grande batalha seja a revolução, essas modificações parciais têm relativa importância. O caráter socialista da revolução não elimina a necessidade de completar questões inacabadas da etapa anterior, inclusive na composição do poder Estatal.

Da mesma forma, é possível que, no processo de sua consolidação, o socialismo tenha que adotar procedimentos diferenciados em relação aos monopólios e aos latifúndios, como preveem as teses de preparação do Congresso, visando a estabelecer bases para um desenvolvimento nacional autônomo. O poder socialista permitirá aos operários e camponeses que exerçam controle sobre esses empreendimentos, para que sejam criadas bases econômicas sólidas e seja permitida a socialização no espaço mais curto. Mas estas são questões a serem examinadas nas discussões para a formulação de um novo programa, socialista, para o PCdoB.

É decisivo, para alcançar o poder e avançar rumo ao socialismo, contar com um partido revolucionário, profundamente enraizado na classe operária e nas massas trabalhadoras, teoricamente capaz, hábil e preparado para orientar a rebeldia do povo. Este Congresso coloca nas mãos dos comunistas e do proletariado um instrumental teórico e político renovado, essencial para reforçar o PCdoB, marxista-leninista, revolucionário e decidido, como dizia Marx, a tomar o céu de assalto, junto com os milhões de brasileiros inconformados com a exploração capitalista. Ampliar e fortalecer

o PCdoB é uma empreitada essencial para a vitória da revolução e o sucesso do novo regime em nossa terra.

O Partido chega a estas conclusões com os olhos voltados para as imensas camadas sociais espoliadas e marginalizadas, jovens, mulheres, negros, índios, que não têm nenhuma esperança nos limites do atual regime capitalista. Principalmente para os operários fabris e assalariados agrícolas, força motriz básica da revolução. O capitalismo é a negação dos direitos, da paz e do futuro. Nas fábricas, nas ruas, nos bairros, povoados e fazendas, os comunistas estendem as mãos aos trabalhadores. Ergamos juntos as bandeiras vermelhas. Reforcemos as nossas fileiras de combate. Juntemos nossas forças para deitar abaixo o regime capitalista, de fome e exploração. **Viva o socialismo**, única esperança de liberdade e progresso para nossa gente.





# **A atualidade dos conceitos marxistas de democracia e ditadura do proletariado\***

**Luís Fernandes**

O Informe Político apresentado a este 8º Congresso do PCdoB pelo camarada João Amazonas reafirma a compreensão marxista de que “a ditadura do proletariado é o conteúdo essencial do Estado socialista que nasce da Revolução e conduz, através de um processo de transição, à sociedade sem classes, ao comunismo.”. Esta é uma tomada de posição definidora e fundamental do caráter proletário-revolucionário do nosso Partido.

Nos últimos tempos, tomou-se voz corrente na **mídia** burguesa (e mesmo entre alguns setores de esquerda) a opinião de que a vigência do conceito da ditadura do proletariado foi o grande responsável pela *débâcle* do antigo campo socialista e que, por isto mesmo, este conceito marxista deve ser substituído pelo princípio liberal da “democracia como valor universal”. A superficialidade e falsidade desta explicação da crise do socialismo ficam mais do

\* Intervenção especial





que evidentes no seguinte fato: o PCUS já havia abandonado o conceito marxista de ditadura do proletariado desde a adoção do novo programa aprovado no seu 22º Congresso em 1961, substituindo-o pelo de “Estado de Todo Povo”. Ou seja, trinta anos antes do colapso da União Soviética e de seu bloco no Leste europeu!

Esta constatação, no entanto, não nos isenta da necessidade de analisar e avaliar criticamente a atualidade dos conceitos marxistas de democracia e ditadura do proletariado, à luz da crise do socialismo e das transformações vividas pelos países capitalistas ao longo do século XX.

## Fundamentos da teoria marxista sobre o Estado

Os conceitos marxistas de democracia e ditadura do proletariado são partes inseparáveis da teoria marxista sobre o Estado e o papel da luta de classes na história humana. Na verdade, Marx efetuou uma autêntica revolução no pensamento político ao romper, em meados do século passado, com as premissas individualistas, a-históricas e abstratas do pensamento liberal. Ele introduziu no pensamento humano a análise sistemática da política a partir de um enfoque histórico e de classe. Foi isto que lhe permitiu chegar à conclusão fundamental de que o Estado é um órgão de **dominação/opressão de classe**.

Nesta base, a teoria marxista apresentou e fundamentou um novo horizonte para a humanidade – o da superação do próprio poder de Estado, a partir de uma revolução socialista-proletária que avance na erradicação de todos os antagonismos e diferenças de classe. Esta perspectiva não implica a eliminação de todos os mecanismos de representação, participação e administração. Com a crescente complexificação da sociedade, estes tendem, inclusive, a ser **ampliados**. Trata-se, isto sim, da superação da necessidade de um órgão especial de violência e dominação de classe. Assim, contra a visão falsa e limitada do individualismo liberal, a perspectiva marxista aponta para a afirmação plena da individualidade humana numa sociedade sem classes onde “o livre desenvolvimento de cada um é condição para o livre desenvolvimento de todos.”.

## A gênese do conceito de ditadura do proletariado

A formulação explícita do conceito de “ditadura do proletariado” aparece pela primeira vez no texto de Marx *A Luta de Classes na França, 1848-1850*, em que ele analisa o processo revolucionário na França que desencadeia a vaga de revoluções antiabsolutistas em toda a Europa conhecida como a “Primavera dos Povos”. Todas estas revoluções seguiram o mesmo padrão: num primeiro momento, a burguesia descontente se aliou com (e até armou) o proletariado para derrotar a autocracia e, em seguida, temerosa do surgimento do movimento operário como força independente, ela se valeu do seu predomínio nas instituições parlamentares para se recompor com setores aristocráticos para isolar, derrotar e massacrar os trabalhadores.

Esta experiência histórica levou Marx a identificar o **viés de classe** dos mecanismos de representação e instituições do Estado burguês, mesmo nas suas formas mais democráticas. Isto o levou a apontar a necessidade de o proletariado, na sua luta revolucionária, desmontar (segundo as suas próprias palavras, esmagar/destruir) a máquina de Estado da burguesia e erguer outra no seu lugar que materialize a dominação e direção do proletariado na sociedade. É a este Estado que ele chama de “ditadura do proletariado”.

Procurando combater e esvaziar este conceito, Kautsky (“depois que deixou de ser marxista”, nas palavras de Lênin) chegou a argumentar que Marx só havia empregado este conceito uma vez (e de passagem) na sua vasta obra teórica. A verdade, no entanto, é bem outra. Além de aparecer recorrentemente nos escritos de Marx até a sua morte, este dava tanta importância ao conceito de ditadura do proletariado que em 1852, numa carta a Wedemeyer, ele resumiu assim as suas três principais contribuições ao pensamento social:

“1) demonstrar que a existência das classes está ligada somente a determinadas fases de desenvolvimento da produção;

2) que a luta de classes conduz, necessariamente, à ditadura do proletariado;



3) que essa própria ditadura nada mais é do que a transição à abolição de todas as classes e a uma sociedade sem classes.”.

Mesmo ao formular sua crítica fundamental às instituições e práticas políticas da democracia burguesa, Marx nunca considerou indiferente para os trabalhadores o fato de o Estado burguês estar ou não estruturado de forma democrática. Ele sempre indicou e ressaltou a importância política de os trabalhadores participarem das lutas por formas mais democráticas de organização do Estado capitalista. O que ele destacava, no entanto, é que por mais que se conquistassem melhores condições de luta para o proletariado através de reformas democráticas, estas não chegavam a alterar o caráter de classe do Estado. Por isso a necessidade de combater as ilusões liberais do Estado e/ou democracia “supraclassista”, e promover a mais ampla ruptura com o Estado burguês.

### **Dois níveis de abordagem da democracia e da ditadura do proletariado na teoria marxista**

Na sua condenação do conceito marxista de ditadura do proletariado, os autores liberais e socialdemocratas sempre procuram identificá-lo com a defesa da perpetuação de **formas ditatoriais de organização do Estado** no socialismo. Nas obras políticas de Marx, Engels e Lênin, no entanto, o recurso a formas ditatoriais de exercício do poder é concebido como possibilidade apenas para um período de vigência mais limitado, voltado para a consolidação do novo poder revolucionário. Relaciona-se com a possibilidade da eclosão de uma guerra civil e a necessidade de defender a sobrevivência do poder revolucionário. A duração deste período, portanto, depende das condições históricas que enfrenta cada experiência revolucionária: a estrutura de classes interna, o grau de contradições entre as classes dominantes e paralisia da sua capacidade de reação, as condições do cerco hostil capitalista, o nível de aguçamento das contradições interimperialistas etc.

De uma maneira mais “permanente”, o conceito marxista de ditadura do proletariado se refere à **essência** e ao **conteúdo** do Es-

tado durante todo o período de transição socialista, até a superação/erradicação de todas as diferenças de classe. Isto implica uma visão **estratégica** da democracia durante todo o longo período histórico da transição socialista, onde a progressiva extensão, o aprofundamento e radicalização da democracia são o caminho concreto para o definimento e superação do próprio poder de Estado. Não se trata, portanto, de qualquer democracia, mas da democracia que materializa a dominação e direção do proletariado na sociedade. Como bem aponta o Informe Político, trata-se da “ditadura de uma classe e não da ditadura de um indivíduo ou pequeno grupo.”.

Esta perspectiva, no entanto, acarreta importantes problemas e desafios. O mais fundamental deles é o de encontrar os mecanismos e instituições para estruturar um Estado que tem como meta a sua própria superação, e não a sua perpetuação. As complicações deste desafio são agravadas pelo fato de o “material humano” da construção socialista (o proletariado e o povo trabalhador, de uma maneira geral) estar ainda profundamente impregnado de valores e preconceitos burgueses (ou pré-burgueses) e de não tender” espontaneamente” para a perspectiva comunista de uma sociedade sem classes.

No enfrentamento destas contradições na transição socialista, vale registrar as importantes generalizações feitas por Marx a este respeito a partir da experiência da Comuna de Paris em 1871, bem como as indicações de Lênin sobre a necessidade de o partido proletário-revolucionário estar constantemente procurando encontrar, em cada etapa e momento, as bandeiras políticas capazes de mobilizar o conjunto da sua classe e os demais trabalhadores para o enfrentamento dos desafios estratégicos da transição socialista. Isto é, o partido proletário-revolucionário deve estar permanentemente disputando a hegemonia da sociedade e a própria direção dos órgãos de soberania popular no Estado durante toda a transição.

### **A superioridade da perspectiva democrática socialista**

Por tudo que foi exposto, a perspectiva democrática do socialismo é muito mais ampla e profunda do que a do liberalismo.



Enquanto o pensamento liberal se limita a proclamar uma igualdade jurídica dos indivíduos, a teoria marxista aponta para a extensão de direitos sociais básicos como componentes essenciais da democracia. Só a garantia de uma dignidade humana básica para todos – acesso ao trabalho, educação, saúde, alimentação, cultura, esporte, lazer etc. – possibilita a intervenção ativa e consciente dos indivíduos na gestão da vida da sua sociedade. Neste terreno, as experiências socialistas do século XX superaram, em poucas décadas, problemas sociais que o capitalismo foi incapaz de resolver em séculos. Sem cair no igualitarismo, elas materializaram de fato na sociedade uma igualdade que o liberalismo só proclama em lei. Para nós aqui na América Latina, o exemplo mais evidente disso é a comparação dos indicadores sociais produzidos pela revolução em Cuba, apesar do seu relativo atraso e pequeno tamanho, com os de todos os demais países latino-americanos. É por isso que, face aos ataques e calúnias desferidos pela mídia burguesa e algumas vozes vendidas de setores de esquerda, afirmamos com toda certeza e convicção que Cuba é mil vezes mais democrática do que qualquer outro país da nossa América Latina capitalista e dependente.

A superioridade da perspectiva democrática do socialismo também se materializa na possibilidade de se desenvolver o controle efetivo da sociedade sobre a sua própria evolução. Deste ponto de vista, nada é mais antidemocrático do que a propriedade privada, sobretudo na sua forma burguesa-monopolista altamente concentrada, porque ela retira da sociedade o controle sobre forças produtivas e intelectuais fundamentais, que se tornam instrumentos nas mãos de interesses capitalistas, absolutamente minoritários. Isto indica, igualmente, como é falsa a concepção de um mesmo “valor democrático universal” para a burguesia e para os trabalhadores. Para a burguesia, “democracia” significa preservação e ampliação da sua propriedade privada. Para o proletariado, ela significa a socialização dessa propriedade, com sua passagem ao controle da sociedade.

Este potencial democrático do socialismo, no entanto, não se realiza por si mesmo. Depende de uma direção política correta na transição socialista, e também de condições externas favoráveis. O Informe Político contém indicações essenciais sobre as deforma-

ções e os desvios que se manifestaram na experiência histórica de montagem do Estado socialista na URSS, que acabou se tornando em “modelo” para a maior parte das experiências socialistas no século XX. Não cabe, nesta intervenção, repetir a análise já desenvolvida ali. O que quero enfatizar é a incorreção de analisar os desafios da democratização do socialismo em abstrato ou no geral. Não se pode ignorar ou abstrair os limites impostos pelo cerco imperialista à realização do potencial democrático do socialismo.

O fato é que todas as experiências socialistas do nosso século enfrentaram ou enfrentam esse cerco hostil. Isto gera uma permanente tensão entre as necessidades da sobrevivência (a defesa da integridade do poder revolucionário) e da liberdade (o avançar mais rapidamente no definhamento do Estado socialista) que, em última instância, só será resolvida com a afirmação do predomínio do socialismo no mundo. Até lá, conceber esta tensão de forma unilateral tem consequências fatais para a transição socialista. A defesa da “democratização” ou “liberalização” em geral implica dar instrumentos e margem de manobra para o imperialismo sabotar e desestabilizar o poder revolucionário. O desfecho trágico da revolução sandinista na Nicarágua é elucidativo disto. Também não é à toa que a bandeira da “democracia em geral” é usada hoje pelo imperialismo para tentar minar e derrubar o poder revolucionário em Cuba. Por outro lado, a ênfase unilateral na “lógica da sobrevivência” conduz a um fechamento e hipercentralização do Estado, que tende a formar castas privilegiadas e relações sociais de degeneração que também operam contra os desafios da transição socialista, como indica a experiência histórica da ascensão do revisionismo na União Soviética e na Europa do Leste. Mais uma vez, a “chave” para a solução desta tensão nas condições do cerco imperialista está na indicação feita por Lênin da necessidade de uma ampla mobilização do proletariado e do povo trabalhador em defesa das conquistas da sua revolução.

### **Novas objeções ao conceito de ditadura do proletariado**

Do ponto de vista da discussão sobre a atualidade do conceito marxista de ditadura do proletariado, a questão fundamental é que



a crise do socialismo **não altera** a natureza essencial dos Estados capitalistas como órgãos de dominação de classe. Já vimos que foi a identificação do viés de classe dos mecanismos de representação e participação do Estado capitalista que levou Marx a formular esse conceito. Do século passado para este, isso foi substancialmente alterado?

Com base numa leitura parcial e unilateral das teorias de Gramsci, alguns autores que formam a “coqueluche” da mídia burguesa argumentam que sim. Afirmam que, ao longo do século XX, houve um aprofundamento da democracia nos países capitalistas, com a “socialização da política” através da incorporação de novos atores da sociedade civil a um Estado cada vez mais “ampliado”. Por isto, estaria superada a visão clássica de Marx sobre a ruptura/destruição da máquina de Estado da burguesia. Não se trata, efetivamente, de um argumento novo. Ela já havia sido formulada pelo pai da socialdemocracia, Eduard Bernstein, no final do século passado, que indicava ter havido uma “flexibilização” no Estado democrático moderno que lhe retirava seu caráter de classe.

Todas estas formulações esbarram na crítica fundamental dirigida por Marx ao liberalismo que se mantém inteiramente atual – a de que, sem superar a propriedade privada que fundamenta a divisão da sociedade em classes, os mecanismos e instituições democráticos preconizados teoricamente pelos autores liberais e gestados historicamente pela trajetória de ascensão política da burguesia acabam marcados pela dominação desta mesma burguesia. Se é fato que o Estado é permeável à influência e à pressão de diferentes interesses, não é menos verdadeiro que estes diferentes interesses têm influência desigual sobre o Estado. E aqui, o viés de classe é determinante. Basta pensar no caso da Rede Globo de Comunicações aqui no Brasil.

Assim, as teses da “flexibilização” do Estado moderno ou da “socialização da política” só levam ao **rebaixamento** da crítica marxista ao caráter de classe do Estado contemporâneo e ao abandono da perspectiva de superação revolucionária do Estado burguês e do Estado em geral. Os limites **políticos** desta visão são evidenciados

pela atual crise da socialdemocracia na própria Europa e pela tendência à retração dos programas sociais do “Estado de Bem-Estar” com a ofensiva do neoliberalismo, marca inequívoca do predomínio dos interesses do capital monopolista nesses Estados.

Outra objeção levantada contra o conceito marxista de ditadura do proletariado é o de que as transformações tecnológicas e produtivas do capitalismo estariam levando à diminuição relativa do peso do proletariado nas sociedades capitalistas contemporâneas, sobretudo em função da expansão do setor de serviços. De fato, faz-se necessária e urgente a sistematização, de um ponto de vista marxista, das transformações tecnológicas que vêm sendo introduzidas a partir da chamada “terceira revolução científica” e dos seus impactos na estrutura de classes e nas contradições das sociedades capitalistas contemporâneas. Destaco, no entanto, que, pela ótica da teoria marxista, mesmo confirmando-se a tendência à diminuição do peso relativo do proletariado nestas sociedades, a riqueza produzida por ela continua sendo o pilar de sustentação da ampliação dos setores técnicos e de serviços. Assim, o proletariado, mesmo caindo em força numérica relativa, não só mantém como aprofunda a sua condição de força social antípoda à acumulação burguesa. As transformações em curso não amainaram, mas intensificaram a contradição entre o caráter social do trabalho e o caráter privado da apropriação nas sociedades capitalistas, contradição esta que se materializa na expansão de problemas como o desemprego estrutural.

Por isto, mantém-se atual a indicação do proletariado como núcleo social do Estado socialista a ser erguido em substituição ao Estado burguês, mesmo nos países capitalistas mais desenvolvidos. Lembro ainda que, em termos do conteúdo social do Estado, o conceito marxista-leninista de ditadura do proletariado não só não exclui como, pelo contrário, pressupõe a montagem de um amplo sistema de alianças no poder, do proletariado com outras classes, camadas e outros setores sociais não burgueses.

Uma última objeção muito corrente refere-se à incompreensão gerada na população pelo termo “ditadura”. É fato que, na linguagem comum, este termo é associado a formas ditatoriais de





governo. A nossa discussão sobre o conceito, no entanto, deve se voltar para examinar a atualidade (ou não) do seu conteúdo e a precisão teórica do próprio termo. O termo “materialismo” na linguagem corrente também gera incompreensões, sendo associado a características nada recomendáveis como a ganância, o individualismo etc. Nem por isso deixa de ser correta e precisa a identificação da teoria marxista como uma filosofia materialista.

Como vimos, o conceito marxista de ditadura do proletariado significa, simplesmente, o poder de Estado (ditadura) da classe operária (o proletariado), que compõe, junto com os demais trabalhadores, o sistema de alianças do Estado, a maioria da sociedade. O termo usado para definir o conceito é preciso. O reconhecimento de que mesmo o poder de Estado dos trabalhadores (como qualquer poder de Estado) é uma ditadura (um órgão de dominação) mantém a perspectiva de que se trata de um Estado transitório a ser superado, e não perpetuado. Assim, embora o abandono do conceito de ditadura do proletariado possa “soar” mais democrático, representa, na verdade, uma perspectiva mais conservadora e autoritária, pois implica adotar a ótica da perpetuação do Estado, e não a do seu definhamento. É claro que a confusão causada na interpretação deste conceito pela linguagem corrente não permite querer transformar o conceito teórico da ditadura do proletariado numa bandeira tática de mobilização. Seguindo os ensinamentos de Lênin, cabe ao partido proletário-revolucionário encontrar, em cada contexto histórico, as bandeiras e reivindicações que permitam abordar concreta e amplamente a revolução junto às amplas massas. Mas isto não nega a validade teórica do conceito.

### **Algumas conclusões básicas**

De toda esta discussão sobre a atualidade dos conceitos marxistas de democracia e ditadura do proletariado podemos indicar algumas conclusões básicas:

1. A crise do socialismo e as transformações ocorridas no mundo capitalista não invalidam os conceitos marxistas de democracia e ditadura do proletariado.

2. Estes conceitos, no entanto, assim como a teoria marxista sobre o Estado de uma maneira geral, têm de ser desenvolvidos criadoramente para preencher lacunas reconhecidas pelos próprios Marx, Engels e Lênin e para dar respostas a uma série de problemas e desafios novos, com destaque para a generalização das experiências de construção dos Estados socialistas no século XX e para a questão das formas de estruturação de um Estado socialista que tem como meta a sua própria dissolução.

3. Este desenvolvimento da teoria marxista não pode se assentar no retorno a mitos e dogmas liberais pré-marxistas, como o conceito da “democracia como valor universal”.

4. É necessário afirmar os órgãos de soberania popular como centro do poder de Estado no socialismo, bem como o exercício deste poder pelas amplas massas no enfrentamento dos desafios da transição socialista. Esta, na verdade, é a questão fundamental da democracia socialista, a que se subordina à existência (ou não) do multipartidismo, que depende das condições históricas que enfrenta cada processo revolucionário.

5. É necessário avançar o máximo possível, em cada contexto histórico, na ampliação e no aprofundamento da democracia socialista, sem colocar em risco a sobrevivência do socialismo diante do cerco capitalista hostil e das tendências contrarrevolucionárias que surgem das próprias contradições da transição socialista.

6. É necessário estruturar o Estado da ditadura do proletariado como um Estado que consagra a preservação de direitos, liberdades e obrigações individuais, inclusive contra possíveis violações e abusos do próprio Estado.

São estas as reflexões que queria trazer ao plenário do 8º Congresso do Partido. Sinto-me muito honrado pela oportunidade de apresentar esta intervenção especial.

**O TEMPO NÃO PARA, O SOCIALISMO VIVE!**





## **Em defesa da nação brasileira aviltada pelo governo Collor\***

O Comitê Central do PCdoB, ao discutir a situação nacional, constata que o país vive em permanente crise de governo que se vai convertendo em crise de poder. O Partido Comunista do Brasil alerta o povo brasileiro para a gravidade do momento. São sérios os atentados à soberania nacional, como igualmente a trama de setores das classes dominantes visando a restringir o regime democrático, instituído na Constituição de 1988, apesar de suas limitações.

**1.** Desde que assumiu a Presidência da República, Fernando Collor tenta impor ao país seu projeto antinacional e antipopular, pretendidamente neoliberal e de internacionalização da economia. Em consequência, cresceram as dificuldades internas. Aprofundou-se a recessão, com o desemprego em massa. Prosseguem, sem freios, a inflação, o arrocho salarial, a carestia de vida.

É dramático o quadro social do país, onde a violência urbana, a prostituição de menores, o amontoado humano sem teto, vivendo

\* Esse documento foi aprovado pelo Comitê Central em 1º de novembro de 1991 e incorporado pelo plenário do 8º Congresso como parte da análise sobre a situação nacional.



debaixo das pontes e viadutos, constituem o lado cruel da nossa realidade. Pioram os serviços de saúde, educação, habitação, causando pesados danos à população empobrecida.

Ao mesmo tempo, generaliza-se a corrupção nas esferas governamentais e acentua-se o clima de terrorismo político e social por todo o país. E o mais grave: sob o pretexto de modernização, Collor atenta contra elementos essenciais da existência do Brasil como nação soberana.

**2.** Com a cumplicidade do Planalto, faz-se sistemática propaganda solapando as bases do Estado Nacional. Diz-se que o Estado precisa livrar-se de muitos encargos a fim de se tornar mais leve e eficiente. Estaria assumindo desnecessariamente atividades que poderiam ser desempenhadas pelo setor privado etc. O que se pretende, no entanto, é tirar funções do Estado relacionadas com o desenvolvimento do país e com o fortalecimento da soberania nacional e transformá-lo num simples aparelho administrativo de tipo colonial destinado tão-somente a gerir os serviços públicos, além de coletor de impostos e repressor policial dos movimentos sociais e progressistas.

**3.** Observa-se também campanha suspeita contra os militares que, até passado recente, eram endeusados pelas classes dominantes. Uma propaganda insidiosa tenta demonstrar que as Forças Armadas já não têm papel importante a realizar. Seriam agora parasitárias e onerosas aos cofres públicos. Cortam-se verbas necessárias à manutenção das Três Armas e ao reforçamento da defesa nacional.

Sob pressão norte-americana são desativadas empresas que produzem meios de defesa, com tecnologia própria, ou permite-se que passem ao controle das multinacionais armamentistas. Desse modo, desarma-se a nação brasileira face a prováveis agressões imperialistas visando ao domínio do território nacional rico em minérios.

**4.** Realiza-se também intensa propaganda em prol da privatização das empresas estatais, estimulada pelo FMI, organismo manipulado pelos Sete Grandes. Collor promove a venda da

Usiminas, uma das mais importantes e lucrativas siderúrgicas do mundo. Propõe ao Congresso a mutilação do monopólio estatal do petróleo, retirando da Petrobras o refino e o transporte de combustíveis, precisamente os ramos de maior rendimento da exploração petrolífera.

Outras grandes empresas estatais, construídas com o dinheiro do povo, constam da lista das que serão vendidas em leilão a preços irrisórios. Em geral, caem nas mãos dos grupos monopolistas da burguesia brasileira (testas de ferro do capital estrangeiro) e das multinacionais.

A par da política privatizacionista, o governo adota medidas que liquidam a reserva de mercado para setores fundamentais do desenvolvimento do país, como da informática, e aceita exigências dos Estados Unidos quanto ao reconhecimento da propriedade intelectual de fórmulas farmacêuticas e outras, ou seja, o reconhecimento de patentes que atingem a indústria brasileira dos fármacos. Restringe, ainda, recursos ao programa nacional de domínio, com técnica própria, da energia nuclear.

**5.** Chama a atenção o menoscabo do governo em relação às universidades que constituem o núcleo de formação de cientistas e técnicos qualificados. Reduzem-se continuamente as verbas destinadas às áreas de pesquisas. Mal pagos, os cientistas e professores renomados abandonam o país em busca de melhores condições de vida e de trabalho no campo da ciência.

As universidades e os institutos de pesquisa científica e tecnológica estão em crise persistente devido à falta de apoio oficial. É sintomático que Collor tenha colocado no Ministério da Educação José Goldemberg, partidário das teses desnacionalizantes do governo.

**6.** Adquire maior gravidade a campanha, no país e no exterior, em prol da internacionalização da Amazônia. Região das mais ricas do mundo em reservas minerais, desde há muito cobichada pelos imperialistas, é o alvo da propaganda enganadora dos monopólios estrangeiros.



Aos norte-americanos, os principais interessados nessa empreitada, juntam-se os imperialistas franceses, alemães e outros. Propalam que as queimadas da floresta amazônica põem em risco o clima do planeta. Escondem, deliberadamente, que segundo estudos da própria NASA, o gás carbônico (CO<sub>2</sub>) produzido na terra, responsável pelo chamado efeito estufa, é de origem dos países do Primeiro Mundo, que respondem por mais de 50% desse efeito, contra 5% gerados no Brasil.

Utilizam a falta de demarcação das terras indígenas e o extermínio gradativo dos índios como pretexto para justificarem a tese de que a Amazônia é um “patrimônio da humanidade”, o que implica dizer que sua gestão deve ser internacionalizada. Nunca esteve tão explícito o objetivo de alienação da Amazônia, inclusive com medidas concretas como as chamadas áreas de “preservação ecológica”, sob controle de milionários norte-americanos. Anuncia-se que “empresários norte-americanos estão comprando terras na Amazônia para a criação de parques(!). Um grupo liderado pelo empresário Loren Perry adquiriu recentemente 4 mil km<sup>2</sup> no município de Breves, no Pará» (*O Estado de S. Paulo*), edição de 12 de outubro de 1991.

Centenas de falsos religiosos norte-americanos atuam, sem controle, entre as tribos de índios. Conforme declarações oficiais, são 900 os missionários religiosos, que usam, além da Bíblia, dólares para corromper os nativos, e aparelhos sofisticados para detectar minerais preciosos, contrabandeados através de dezenas de aeroportos clandestinos espalhados pela Amazônia. Mascaram suas reais pretensões com a suposta defesa dos povos indígenas, os quais muitas vezes são utilizados em trabalho semiescravo e descaracterizados culturalmente.

Devido a isso, as organizações de índios (não as que cuidam de índios) têm hoje sérias restrições ao trabalho dito pastoral. A demarcação das terras indígenas é uma necessidade para a sobrevivência e o desenvolvimento dos povos da floresta. Mas não se pode concordar com a ideia de que as reservas indígenas se transformem em **enclaves**, fora do controle do Estado brasileiro. Enquanto isso, o presidente francês, François Mitterrand, e agora o chanceler ale-

mão, Helmut Khol, bem como personalidades dos Estados Unidos, insistem em declarações cínicas de que a Amazônia transcende à soberania brasileira.

O governo Collor dá todo apoio à campanha internacionalizante. Chama de **atrasados** os que se opõem decididamente a tal campanha, os que afirmam que a Amazônia é nossa. Não por acaso, colocou na Secretaria do Meio Ambiente José Lutzemberger, adepto declarado das teses imperialistas sobre essa região. Grande é o perigo da perda da soberania nacional relativamente à Amazônia, crime de lesa-pátria que jamais nos perdoariam as gerações futuras.

7. Está em marcha um plano que atinge seriamente os fundamentos da nação brasileira. Esse plano entrosa-se com a estratégia mundial do imperialismo, sobretudo o norte-americano. Propugnando uma “nova ordem”, os imperialistas tentam liquidar as barreiras nacionais dos países do chamado Terceiro Mundo, a fim de apossar-se de suas riquezas, controlar totalmente suas economias e estender o domínio da oligarquia financeira a territórios alheios.

Atacam elementos essenciais da organização da nação, como o Estado Nacional, o Exército Nacional, o desenvolvimento econômico independente, os centros avançados da cultura e do conhecimento científico. Projetam desarmar qualquer resistência a uma possível agressão imperialista à subordinação aos oligopólios internacionais.

Bush quer acabar com o Exército do Panamá, e proíbe que o Iraque reorganize a sua defesa nacional. De acordo com os preceitos da “nova ordem”, somente os países ricos – que não passam de sete – têm direito ao fortalecimento de suas nações, de seus Estados, de suas Forças Armadas cada vez mais poderosas. Os demais países são meros coadjuvantes no terreno econômico, político e militar da oligarquia financeira que busca o domínio mundial.

Em que pesem as declarações de Collor, pretensamente voltadas para a integração do Brasil no Primeiro Mundo, sua política tem nítido caráter de traição aos interesses nacionais. Ele quer não a modernização e o progresso do Brasil, mas a eterna dependên-





cia aos espoliadores das nações débeis. A política neoliberal traz graves consequências sociais. A fome, a miséria, o arrocho salarial resultam do atual modelo de “desenvolvimento” do país. Daí por que é importante combinar a luta nacional com a luta democrática e social em defesa dos interesses das massas populares.

**8.** Ao defender o Estado Nacional, as Forças Armadas Nacionais, as empresas estatais de teor estratégico, a universidade brasileira, os comunistas do PCdoB assinalam ao mesmo tempo os aspectos negativos e reacionários das atuais instituições que presidem a vida do país, e que necessitam de profundas mudanças. Não desejamos o definhamento do Estado Nacional ou das Forças Armadas enquanto órgãos imprescindíveis à existência da nação soberana. Sem Estado Nacional, sem Exército Nacional não há nação soberana.

Consideramos, porém, que o atual Estado brasileiro é antiquado. A serviço da grande burguesia, dos latifundiários, dos banqueiros e do capital forâneo, ele impede o avanço da sociedade num rumo progressista. A democratização e a modernização desse Estado são indispensáveis, com alteração substancial das forças sociais que o conformam. Sob o mesmo prisma os comunistas encaram a questão das Forças Armadas. Nenhum país soberano, especialmente na época atual de constantes ameaças à sua independência, pode prescindir de organização armada eficiente.

Não nos enfileiramos ao lado dos que fazem campanha contra as Forças Armadas com propósitos claramente antinacionais. Temos presentes as declarações do ex-secretário de Defesa dos Estados Unidos, McNamara, pregando a extinção dos Exércitos dos países do Terceiro Mundo, com o objetivo evidente de facilitar intervenções imperialistas nesses países. Somos partidários do fortalecimento dos instrumentos de defesa de nossas fronteiras, em especial na região amazônica, contra agressões inimigas. Simultaneamente condenamos, como todo o povo, as atividades antidemocráticas, ferozmente repressivas, contra os opositores da ditadura, realizadas durante largo período pelas Três Armas. Defendemos a democratização consequente das Forças Armadas, posição que

adotamos na Assembleia Constituinte. Não cabe às Forças Armadas intervir na manutenção da ordem interna, sua função precípua é a defesa do país contra agressões externas.

No terreno econômico, postulamos a defesa das empresas estatais de significado estratégico. A política privatizante de Collor muda o sentido do desenvolvimento do país. Passa a predominar a chamada internacionalização da economia, ou seja, a produção daquilo que interessa aos monopólios internacionais, um tipo de desenvolvimento subordinado, complementar da economia dos países ricos. Convém assinalar que a privatização de empresas como a Usiminas, a Embraer, a Mafersa e outras envolve questões não apenas econômicas, afeta a produção de meios de defesa do Brasil.

Todavia, discordamos dos métodos viciados de administração de tais empresas por parte de governos reacionários, que se mostram incapazes de administrá-las democraticamente e colocá-las por inteiro a serviço dos interesses nacionais.

**9.** Cresce em todo o país a oposição a essa política antinacional e antipovo. Setores cada vez mais amplos da população organizam-se e contestam a desastrosa orientação governamental. As ações tomam formas as mais diversas – luta em defesa das estatais, do patrimônio nacional, contra a internacionalização da Amazônia. Avoluma-se o movimento contrário ao arrocho salarial, à recessão e ao desemprego, à demissão de funcionários públicos, à liquidação de conquistas sociais.

Aumenta a resistência ao Emendação que retira da Carta de 1988 dispositivos de cunho nacional e progressista.

**10.** O fracasso da política econômico-financeira de Collor, sua incapacidade administrativa, seus propósitos antinacionais, sua falta de base política – tudo isso provoca o aparecimento de repetidas crises de governo. Collor isola-se cada vez mais. A nação toma conhecimento de que o atual estado de coisas não pode continuar. O país encontra-se num impasse. E esse impasse, ao que tudo indica, somente será rompido com o afastamento de Collor do cargo que ocupa. É por essa razão que começam a ecoar por toda parte slogans como **Fora, Collor!**, **Basta de Collor!**, ou o **Brasil**,



**ou Collor!** O fato de ter sido eleito por votação direta para a Presidência da República não lhe dá poderes de vender o patrimônio nacional e de afundar o país na degradação econômica, social e política. São tantos os desatinos, e mesmo os crimes, cometidos contra os interesses fundamentais da nação, que o seu afastamento do cargo torna-se uma necessidade. E essa necessidade vai ganhando a opinião pública.

Impõe-se a mais ampla mobilização popular, o esforço conjugado de todas as correntes e movimentos democráticos, patrióticos e populares, a fim de tornar realidade essa aspiração da grande maioria do povo.

**11.** Face à possibilidade da ocorrência de uma crise política mais grave, crise institucional, envolvendo a questão do poder, as classes dominantes preparam-se para resolver o assunto à sua maneira. Buscam a saída da crise pela **direita**.

Alguns setores políticos propugnam o parlamentarismo como forma imediata ou mediata de governo. Pensam introduzi-lo, formal ou informalmente, adaptado às circunstâncias. Com ou sem Collor. Defendem a adoção do voto distrital ou distrital misto. Tal sistema de votação, contrário à tradição e à realidade brasileira, tem caráter reacionário e excludente, golpeia fundo a democracia representativa. Torna praticamente inviável a presença dos chamados pequenos partidos, e mesmo de partidos de nível médio, nos órgãos legislativos. A composição social e política do Congresso, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Municipais sofrerá graves alterações em favor das forças conservadoras e reacionárias.

Um dos intentos, com esse sistema de votação, é reduzir a três ou cinco os partidos políticos em atuação nos parlamentos de diversos níveis. Exatamente como na época da ditadura militar. Ninguém pode afirmar, tendo em vista a experiência, que a redução dos partidos políticos tenha sido benéfica à democracia. Os anos de autoritarismo, com dois partidos – ARENA e MDB –, e depois com cinco, criaram sérios obstáculos ao progresso social.

A instituição do parlamentarismo, como forma mais flexível

de governo, exige antes de tudo a reforma democrática do Congresso, o que significa garantir a ascensão de forças sociais, que constituem a maioria da população, aos órgãos representativos, bem como assegurar a presença nesses órgãos de todas as correntes políticas existentes no país.

Defendemos o voto proporcional, estabelecido na Carta de 1988. É mais democrático, mais abrangente, permite que, nas eleições, se leve em conta as correntes eventualmente minoritárias, tomando por base o conjunto do eleitorado. Reclamamos, ao mesmo tempo, que se democratize a legislação eleitoral vigente, retirando, entre outros aspectos, os votos em branco do cômputo geral que determina o quociente eleitoral. Tal como é hoje, prejudica os partidos menores, favorece injustamente os grandes partidos conservadores, do **centro** e da **direita**.

**12.** O PCdoB é de opinião que a crise que o país atravessa reclama prementes soluções de caráter democrático, patriótico e progressista. Não será por procedimentos restritivos à participação popular, como desejam as classes dominantes, que se resolverá a situação difícil que enfrentamos. A pretendida saída pela **direita** somente agravaria o atual estado de coisas.

Torna-se imprescindível a formulação de um projeto alternativo à política neoliberal e de internacionalização da economia. Um projeto em torno do qual se agrupem as mais amplas forças sociais e políticas para dar nova e correta perspectiva ao país. Em qualquer circunstância, dentro do quadro da evolução política nacional, os comunistas lutarão pela vigência do regime democrático e de cunho popular.

**13.** Na emergência de uma crise que determine o afastamento de Collor do governo – hoje exigência da maioria da população –, o PCdoB considera que se deveria proceder à eleição imediata de um novo presidente da República, numa campanha eleitoral menos competitiva e mais afirmativa da defesa dos interesses nacionais, do desenvolvimento independente do país, da solução da crise social, do respeito à democracia representativa. Ao povo compete escolher quem deve dirigir o Brasil.



**14.** O Partido Comunista do Brasil conclama os trabalhadores, as grandes massas populares, todos os setores progressistas da sociedade, os partidos democráticos, as organizações populares, as entidades cívicas a promoverem amplo movimento em defesa dos interesses fundamentais da nação contra o governo de Collor. Chama o povo brasileiro a se opor decididamente à saída pela **direita** apregoada por setores das classes conservadoras.

É preciso repudiar energicamente a instituição do voto distrital ou distrital misto, grosseiro atentado à democracia e às conquistas políticas obtidas em duras lutas pelo nosso povo.

## **Resolução sobre o Informe do Comitê Central**

A Plenária do 8º Congresso do Partido Comunista do Brasil apreciou e debateu o Informe do Comitê Central apresentado pelo camarada João Amazonas, documento inovador que constitui uma contribuição ao desenvolvimento da teoria revolucionária em nosso País. Depois de ampla e multilateral discussão sobre os temas apresentados – o quadro dramático da situação internacional, o agravamento da situação nacional, as vicissitudes históricas do socialismo e as questões relativas ao Partido –, o 8º Congresso do Partido Comunista do Brasil **resolve aprovar** a orientação geral expressa no Informe do Comitê Central.

### **Resolução política do 8º Congresso do PCdoB**

#### **I**

No que se refere à situação internacional e nacional e às questões relativas ao Partido, o 8º Congresso do Partido Comunista do Brasil **decide** a provar a linha política e os objetivos explicitados no Informe do Comitê Central.



## II

No plano internacional, o 8º Congresso **delibera** que são tarefas do Partido Comunista do Brasil: 1. Combater o imperialismo, em particular o norte-americano; 2. apoiar as lutas da classe operária e as lutas dos povos e nações oprimidos; 3. fortalecer a solidariedade latino-americana contra a política expansionista e agressiva dos Estados Unidos. Defender a soberania e autodeterminação de Cuba ameaçada pela política imperialista dos Estados Unidos; 4. contribuir para a aglutinação das correntes operárias, populares e anti-imperialistas, acumulando forças para retomar a ofensiva com base numa ampla frente anti-imperialista e progressista; 5. reafirmar a perspectiva da revolução e do socialismo como alternativa para os problemas da presente época e para satisfazer os anseios fundamentais dos trabalhadores e dos povos; 6. promover a solidariedade com países onde a revolução triunfou e que hoje encontram-se sob ameaça do imperialismo, em particular, Cuba, China, Vietnã e Coreia.

## III

No plano nacional, o 8º Congresso do Partido Comunista do Brasil **decide**: 1. Considerar, na atualidade, o socialismo como objetivo estratégico do PCdoB. O Congresso **delibera** que o Partido Comunista do Brasil lutará desde já pela vigência do socialismo científico em nossa pátria, levando em conta as etapas necessárias e as características peculiares do País e do povo brasileiro; 2. definir como a grande tarefa política do momento a defesa da nação brasileira aviltada pelo governo Collor. O 8º Congresso ratifica e incorpora como suas as análises, indicações e resoluções constantes do documento do Comitê Central *Em defesa da nação brasileira aviltada pelo governo Collor*; 3. lutar pela vigência de amplas liberdades democráticas. O PCdoB lutará por democracia para o povo como parte inseparável da ação consequente por um novo regime, e amanhã com nova qualidade, para a incorporação de amplas massas ao exercício do poder socialista; 4. incentivar o surgi-

mento de um amplo e poderoso agrupamento anti-imperialista e democrático-nacional que reúna não somente as massas populares e o movimento operário, mas também a intelectualidade progressista, representantes da economia autenticamente nacional, setores militares que não concordem com a perda crescente da soberania brasileira, em suma, com todos os que amam a pátria e não querem transformar-se em vassalos da superpotência norte-americana; 5. o PCdoB, em oposição decidida a Collor, apoia o movimento democrático e popular que exige seu afastamento do Planalto. Na eventualidade de uma crise institucional que ponha fim ao mandato do atual presidente da República, exigir a convocação imediata de eleição para escolher novo governante.

#### IV

Quanto aos acontecimentos ocorridos no mundo socialista, o 8º Congresso do Partido Comunista do Brasil **decide**: 1. Aprovar as conclusões apresentadas no Informe do Comitê Central sobre o período de construção do socialismo e a fase do revisionismo na União Soviética e no Leste europeu, o balanço da luta contra o revisionismo contemporâneo, as causas da derrota do socialismo e a crise atual do socialismo. Destacar que o balanço crítico da experiência de construção do socialismo na URSS nos fornece elementos fundamentais para melhor estudar e compreender o processo que conduziu à capitulação do PTA; 2. aprovar a análise e as conclusões do Informe do Comitê Central sobre o papel e a responsabilidade de Stálin no plano histórico, à frente do PCUS e do Estado Soviético; 3. reafirmar que o Partido Comunista do Brasil continuará partidário inabalável da teoria do marxismo-leninismo. O Partido Comunista do Brasil defende os princípios de que: a luta de classes é a força motriz do desenvolvimento das sociedades divididas em classes antagônicas; a ditadura do proletariado é o conteúdo essencial do Estado socialista; o socialismo apresentará diversidade de formas e diferentes estágios de desenvolvimento segundo a realidade existente nos países onde triunfe a revolução; sustenta a ideia de que o Partido Comunista; marxista-leninista, é a vanguarda dirigente da revolução e do Estado socialista; o centra-





lismo democrático é o método marxista de organização do Partido. Ao mesmo tempo, o 8º Congresso rejeita o dogmatismo; 4. evitar esforços para a superação da crise desde há muito instalada no movimento marxista-leninista, caracterizada pela dispersão teórica, por vacilações de toda ordem e pela contestação aos princípios essenciais da doutrina marxista. É imprescindível desenvolver a teoria, o que significa atualizar o marxismo. O combate a essa crise é uma grande tarefa histórica da atualidade, ligada à conscientização das massas e à ação política em defesa da democracia e dos interesses vitais dos trabalhadores e do povo; 5. reiterar o princípio do internacionalismo proletário e o engajamento do PCdoB nos esforços para construir a unidade do movimento revolucionário em nível mundial. O 8º Congresso salienta a necessidade de se buscar novas formas de relacionamento entre as partes integrantes desse movimento. Sem renunciar às posições de princípios que vem sustentando desde sua reorganização, em 1962, o PCdoB fará esforços para melhorar as relações entre os partidos e organizações revolucionários, particularmente na América Latina, visando a fortalecer o internacionalismo proletário; 6. retirar da experiência histórica os ensinamentos pertinentes, sem transposições mecânicas, evitando tanto o dogmatismo como falsas soluções que se afastam dos princípios revolucionários. O processo de realização do 8º Congresso e as conclusões a que chega já constituem um sinal do amadurecimento político e ideológico do Partido, um indicador de que se conclui uma etapa na qual avançamos na crítica aos erros e na identificação das causas da derrota do socialismo, mantendo-nos, ao mesmo tempo, fiéis aos princípios do marxismo-leninismo e firmemente situados dentro do campo revolucionário-proletário.

## V

O 8º Congresso faz um balanço positivo da atividade do Partido desde o Congresso passado. A linha política mostrou-se correta e não se cometeram erros graves em sua aplicação. O Partido soube responder a tempo aos problemas políticos que se apresentaram. Cresceu sua influência política e de massas. O 8º Congresso examina também, criticamente, as debilidades e insuficiências na

atividade partidária, reveladas nas direções, em todos os níveis, a começar pelo Comitê Central, e igualmente na militância.

## VI

O 8º Congresso define o Partido que somos e queremos ser. O Partido Comunista do Brasil é um partido de classe e de feição revolucionária proletária; um partido dotado de unidade ideológica, de vontade e de ação, que possui centro único de direção e organiza-se segundo o método do centralismo democrático; um Partido que se atém ao princípio de que a ideologia marxista-leninista predomina de maneira absoluta em suas fileiras. O 8º Congresso reafirma a convicção de que somente um partido dotado dessas características é capaz de dirigir a revolução socialista e a construção do socialismo.

O 8º Congresso conclama todos os militantes, filiados, dirigentes, amigos e simpatizantes do Partido Comunista do Brasil a cerrarem fileiras na aplicação das resoluções aqui aprovadas, que dão indicações seguras para avançarmos no esforço de consolidação do Partido como organização proletário-revolucionária de vanguarda, capaz de cumprir a sua elevada missão histórica.





## **Resoluções acerca das questões de organização**

Os delegados ao 8º Congresso, debatendo o Informe apresentado pelo Comitê Central e sistematizando as intensas discussões travadas pelo coletivo partidário sobre o documento QUESTÕES DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO, firmam como resolução do Congresso:

### **I**

Apontar para a necessidade de desenvolver ainda mais o rico debate travado em torno do tema, na perspectiva de defesa teórica e prática da concepção revolucionária de partido. Considerar necessário igualmente sistematizar a experiência de construção e organização partidárias, reelaborando a nossa política nesse terreno, conferindo-lhe maior amplitude e flexibilidade, em consonância com as exigências da política do Partido e sua influência no movimento de massas, promovendo os ajustes necessários no sentido de desenvolver formas de organização mais adaptadas à realidade social e que permitam incorporar organizadamente às fileiras par-



tidárias um contingente mais amplo de combatentes, sobretudo de operários, bem como de consolidar a luta pelo registro legal do Partido.

## II

Considerar destacada tarefa dos comunistas a defesa e desenvolvimento da concepção leninista de partido revolucionário, como partido político representante da vanguarda da classe operária, que se apoia na visão científica da luta de classes representada pelo marxismo-leninismo, partido de luta e para a luta, dotado de unidade política e ideológica de suas fileiras, onde predomine de maneira absoluta a ideologia marxista-leninista.

O 8º Congresso reafirma a convicção de que somente um partido dotado dessas características é capaz de dirigir a revolução e construção socialistas. Considera que tal reafirmação guarda imenso valor político e ideológico na atualidade, no sentido de demarcar campos entre a corrente revolucionário-proletária e as correntes oportunistas, de esclarecer que o afastamento desses princípios, com a convivência entre ideias marxistas e socialdemocratas, liberais ou anarquistas no interior das organizações partidárias, convertem os partidos operários em organizações de caráter democrático-burguesas.

Considera, ainda, a necessidade de fortalecer a aplicação prática e criadora desses princípios na atividade cotidiana de nossa militância, sobretudo do centralismo democrático, método marxista de organização partidária, condição indispensável para assegurar coesão à ação revolucionária. Trata-se de desenvolver a educação ideológica de todo o coletivo quanto à defesa desses princípios para assegurar a unidade de vontade e de ação das fileiras partidárias em torno da linha revolucionária, materializando-a através de um sistema de organizações, com um centro único de direção democraticamente eleito em Congresso, com respeito ao princípio da democracia interna, e incompatível com a existência de centros paralelos de direção exprimindo tendências diversas, que liquidam a unidade do Partido e o próprio Partido.

### III

É necessário aprofundar a democracia interna e aprimorar a aplicação do centralismo democrático, como fator de vitalização da vida partidária.

A justa perspectiva revolucionária com que esses princípios foram defendidos constitui patrimônio valioso do PCdoB. É necessário aprofundar o estudo sobre nossa trajetória nesse terreno, sobretudo a partir de 1962, sistematizando os fatores que fizeram nosso Partido firmar-se como polo revolucionário marxista-leninista, desenvolver-se política e ideologicamente, tornar-se força avançada da sociedade capaz de aglutinar milhares de revolucionários. Reclama, ao mesmo tempo, situar as insuficiências objetivas e os fenômenos ligados à trajetória do movimento comunista, sistematizando o exame científico e crítico das várias experiências de organização partidária existentes no campo da III Internacional, situando os fatores negativos ligados à vida dos PCs, que contribuíram para a derrota da primeira experiência socialista.

No sentido de promover maior participação do conjunto da militância na elaboração da linha partidária, os debates travados apontam para três ordens centrais de questões práticas a serem desenvolvidas com esse propósito:

- desenvolver maior vitalidade das organizações partidárias, das direções e bases, no sentido de que representem canais efetivos para a participação democrática da militância, e estimulem a capacidade de iniciativa no seu âmbito de atuação, de forma a possibilitar maior descentralização na execução da linha partidária, mais intensa participação da militância e dos plenos dos organismos nas formulações e deliberações políticas;
- intensificar a circulação das informações, com mecanismos mais ágeis e modernos, como forma de estimular a discussão política dos militantes e organismos partidários. Prover um papel mais ativo ao órgão central da imprensa, seja no sentido de fazê-lo refletir mais inten-



samente o processo de discussão que se realiza para a tomada de posições do Partido, seja no de ampliar sua circulação, dentro e fora das fileiras do Partido. Criar ou reforçar instrumentos de prestação de contas ao coletivo sobre o trabalho de direção, como boletins das Executivas, difusão dos informes discutidos pelas direções, seminários, ativos etc. Aprimorar a metodologia das reuniões partidárias, com pauta definida, informes apresentados com antecedência aos membros do organismo, adoção de resoluções sobre os temas em debate;

- reforçar a utilização das instâncias máximas de deliberação do Partido nos vários níveis, como os Congressos e Conferências, reduzindo o intervalo de sua realização e ampliando sua competência exclusiva. Em tais momentos, incentivar as discussões ligadas à ordem do dia dessas instâncias com Boletim de Debates. Incentivar a utilização de encontros anuais de balanço das diversas instâncias partidárias, com o propósito de abrir debate coletivo sobre a atividade política do Partido e deliberar sobre os planos a serem implementados. Adotar as seguintes alterações estatutárias com esse propósito:
- Art. 22: substituir “cinco anos” por “no máximo a cada quatro anos”;
- Art. 29: alínea “f”, substituir na última frase “em todas as instâncias” por “às eleições de âmbito estadual e das capitais” e acrescentar a palavra “Regionais” ao fim da frase;
- Art. 30: em lugar de “convocada” incluir “convocada regularmente”; em lugar da “vírgula” acrescentar “e”;
- Art. 36: suprimir “e meio”;
- Art. 38: incorporar as alíneas “h” e “i” do Art. 40;
- Art. 39: suprimir “seu mandato tem, em regra, a duração de dois anos e meio”;

- Art. 40: suprimir as alíneas “h” e “i”; incorporar nova alínea com a seguinte redação: “Aprovar os nomes dos candidatos indicados pelas instâncias sob sua jurisdição”;
- Art. 45: incorporar as alíneas “f” e “g” do Art. 48: suprimir “e meio”;
- Art. 46: suprimir “e meio”;
- Art. 50: suprimir “e meio”.

#### IV

Considerar que se abrem novas perspectivas para a atuação partidária. A par de ser um período marcado pela resistência e acumulação de forças, por intensa ofensiva anticomunista e por fatores de crise no campo marxista, gestam-se fatores de luta, dados os problemas concretos da crise brasileira e mesmo o desenvolvimento da situação mundial. Neste cenário de profundo realinhamento de forças, o PCdoB preserva e desenvolve uma linha coerentemente revolucionária para o Brasil, abrindo perspectivas políticas para nós objetivarmos um partido de porte médio no cenário brasileiro, polo de aglutinação das forças revolucionárias no país.

Trata-se, portanto, de desenvolver esse capital político, reafirmando o caráter de nosso Partido essencialmente quanto a ter clareza e habilidade política para se situar no curso da realidade concreta, sem se isolar; pugnando por uma mais intensa presença e atuação no movimento político, na luta e nos movimentos sociais, junto às massas, e fazendo a firme e ousada defesa do marxismo-leninismo, da revolução e do regime socialista científico como objetivo estratégico para o Brasil. A consecução desse objetivo passa também, com grande destaque, pelo enfrentamento da luta de ideias que envolve a causa socialista, exigindo do coletivo o desenvolvimento do debate e pesquisa teórica, maior elaboração coletiva e inserção do PCdoB nos debates que reúnem as parcelas avançadas do operariado e da intelectualidade, bem como a intensificação da propaganda revolucionária e da formação ideológica de sua militância.





Quanto à construção orgânica, extrair consequências dessa perspectiva, desenvolvendo uma postura mais ofensiva de todo o coletivo para superar os fatores de subestimação na construção no e funcionamento partidários representados pelo espontaneísmo e o defensismo, bem como pela visão corporativa da luta de massas, concretizando o crescimento das fileiras sobretudo no curso das lutas de que participamos, cotidianamente.

## V

Promover o esforço do coletivo, norteado pelo Comitê Central eleito neste Congresso, com vistas a reelaborar a política de construção partidária, visando a adequá-la ao patamar da influência política do PCdoB e ao impacto representado pelas condições nas quais atuamos. Adotar como indicações gerais que balizarão esse debate o que se segue:

- Desenvolver uma ação mais intensiva e concentrada na construção partidária, privilegiando o seu enraizamento, enquanto organizações de base, na classe operária da cidade e do campo, junto à intelectualidade, aos camponeses e às camadas assalariadas urbanas;
- adotar como prioridade máxima no trabalho de organização a concentração de esforços junto à classe operária fabril, enquanto espaço próprio estratégico a ser disputado pelo PCdoB na atualidade da luta de classes no Brasil, promovendo uma virada na composição social de nossas fileiras; nesse sentido, reforçar, a partir da direção central, o controle da construção partidária dos principais polos operários do país;
- intensificar a nossa inserção de massas (no movimento sindical, juvenil, de mulheres, comunitário, de negros, cultural etc.), e sobretudo o trabalho parlamentar, como forma de impulsionar o crescimento partidário, compreendendo que tais fatores representam a influência política do Partido sobre segmentos mais amplos da opinião

pública e se ligam a aspectos extensivos do crescimento partidário que não podem ser subestimados, abrindo caminho para uma filiação maior ao Partido, permitindo a consolidação do registro legal e irradiando a organização partidária;

- sistematizar os meios, instrumentos e métodos para impulsionar o crescimento das fileiras de militantes e filiados, sobretudo através de um rico e variado material de propaganda e agitação voltado a esse objetivo;
- intensificar o esforço de formação teórica dos militantes, como um dos pilares fundamentais à construção partidária na atualidade, realizando-o de forma mais massiva e mais intensamente voltado para as bases, a cargo das organizações regionais, e multiplicando os esforços da direção central da formação voltada para os quadros, através da escola nacional;
- elaborar uma política de finanças partidárias mais permanente, ampla, massiva e diversificada quanto às fontes e aos meios, como condição indispensável para dar impulso à atividade partidária.

## VI

Adotar ajustes organizativos no sentido de:

- Fazer refletir mais diretamente nas formas de organização das OBs partidárias a nossa inserção real nos movimentos de massa em todas as suas variadas manifestações, seja no sentido de construir o Partido a partir dessa inserção, seja no de organizar a atividade dos militantes de modo a reforçar a própria luta e facilitar a sua sistematização;
- flexibilizar, em casos especiais, a estrita territorialização na forma de organizar os militantes, facultando criteriosamente a criação de OBs por setores de atividades ou Comitês de Empresa, segundo o plano estratégico do



trabalho partidário em cada área, e combinado com a política de extensão territorial da representação partidária, sobretudo nos grandes centros como as capitais. O objetivo central dessa medida é fortalecer nossa inserção nos locais de trabalho ou atuação sindical, e não determinar automaticamente critério de militância por categoria ou setor, em detrimento da organização por local de moradia ou estudo;

- adaptar o sistema de direção, criando canais intermediários mais regulares e intensos entre as organizações superiores e inferiores, particularmente nas capitais reforçando a ligação entre direção e bases e promovendo maior descentralização das responsabilidades. Reforçar o enlace orgânico entre nossa atuação nas frentes de massa e as organizações partidárias, implicando maior participação dos organismos da estrutura partidária na elaboração, aplicação e no controle da linha de massas.

Com esses propósitos, adotar as seguintes resoluções políticas de organização, com as consequentes alterações estatutárias:

### **Executivas e secretariados**

- Conferir às Executivas, em nível nacional e regional, o caráter de Comissões Políticas, órgãos para exercer a direção política da atividade do Partido entre uma e outra reunião do comitê respectivo; reforçar a composição dos secretariados, para realizar o trabalho executivo de direção. Nesse sentido, alterar a redação da alínea «a» dos artigos 29 e 40 dos Estatutos, para: “Eleger, dentre os seus membros, a Comissão Política e o Secretariado, para cuidar do trabalho permanente de direção entre uma e outra reunião do Comitê.”.

### **Direção nas capitais**

- Facultar a indicação pelos Comitês Regionais, de acordo com a realidade de cada estado, de comissões especiais

de direção para as capitais, com o papel de unificar a intervenção política e de massas de todos os organismos partidários aí atuantes, coordenar a sua mobilização e dirigir a construção orgânica, dotados dos instrumentos necessários para o cumprimento de seu papel. Aplicar integralmente ao Partido nas capitais o teor dos artigos 41 e 42 dos Estatutos, mais as alíneas “a” e “b” do artigo 45. Definir as responsabilidades do órgão especial de direção, conforme a situação concreta e o estágio de construção partidária em cada capital, conforme o artigo 48, excluídas as alíneas “d”, “f”, “g”, “h”, “j”, “l”, “m” e “n”. Introduzir alínea no artigo 38, com a seguinte redação: “constituir comissão especial de direção para a capital do estado.”.

### **Zonais no interior**

- Desenvolver a criação de Comissões Zonais no interior, com o papel de coordenar e sistematizar a ação partidária num conjunto de municípios, a partir de uma cidade-polo, representando um fórum para o debate dos problemas da região, bem como uma comissão auxiliar do trabalho das Executivas Regionais em nível da Zona. As Comissões são integradas por elementos dos respectivos Comitês Municipais, indicados pelo Comitê Regional, com base na alínea “m” do artigo 40.

### **Organização de Base por setor de atividade e comitês de empresa**

- Dar nova redação ao artigo 18: “O partido é organizado à base de território, de local de trabalho, de moradia, de estudo e, em casos especiais, por setor de atividades.”. Do mesmo modo, dar nova redação ao artigo 59: “As organizações de base poderão ser estruturadas por base territorial, local de trabalho, de moradia ou de estudo; em casos especiais, poderão se constituir segundo setor de



atividade.”. Tendo em vista a possibilidade de se constituírem Comitês de Empresa, incorporar aos Estatutos, no título do Capítulo VII e nos artigos 49 a 57, os termos “e de empresa” após a palavra “distritais”. Com base no artigo 18 reformulado, conferir caráter especial e experimental ao trabalho de militantes intelectuais, de forma a conferir-lhes um maior papel formulador nas várias áreas de saber, segundo Grupos de Áreas de Atuação (saúde, educação, urbanismo etc.), como parte integrante da estrutura partidária.

### **Comitês Distritais**

- Na perspectiva de maior extensão e enraizamento geográfico do Partido nas capitais, é preciso reforçar o papel dos CDs, como representação política territorializada do PCdoB em cada área, exigindo incrementar seu papel de elaboração e articulação da política do Partido para sua área de jurisdição. São órgãos indispensáveis para coordenar a intervenção das OBs e militantes nas lutas e nos movimentos de massa, jogando grande papel na articulação com os mandatos e as frentes de massa.

## **VII**

O 8º Congresso aprova a convocação de uma Conferência Nacional, a ser realizada no prazo máximo de um ano, para formular o novo programa partidário, de acordo com a decisão de que “o PCdoB luta desde já pela vigência do socialismo científico em nossa pátria.”.

O Congresso delibera ainda autorizar essa Conferência Nacional a fazer as alterações pertinentes no artigo 1º dos Estatutos.

- Quanto ao artigo 3 dos Estatutos, após a expressão “uma foice e o martelo”, ficou decidido acrescentar as palavras: “simbolizando a aliança operário-camponesa”.

**O** bjetivamente, o que o Brasil necessita é passar ao socialismo, criar um governo socialista, dirigido pelas forças mais avançadas da sociedade, por partido ou partidos, que tenham por base uma teoria científica, revolucionária. Socialismo com as características peculiares ao nosso país e ao nosso povo, capaz de construir, através das etapas necessárias, a nova vida de progresso, liberdade, justiça social, autêntica independência nacional, cultura e bem-estar dos trabalhadores e da imensa população laboriosa.

Em termos de estratégia política - esse o objetivo maior que persegue o Partido Comunista do Brasil, PCdoB, na atualidade. Somos socialistas e lutamos, desde já, pela vigência do socialismo científico em nossa pátria. É a única e verdadeira solução para os intrincados e aflitivos problemas que o país atravessa.